



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

220ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 11 e 12 de março de 2014

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

220ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 11 e 12 de março de 2014

1 Aos onze dias do mês de março de dois mil e catorze teve início a Ducentésima Vigésima Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de
4 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes
5 do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Clélia Brandão A. Craveiro;
6 Conselheira Solange Teixeira, MDS; Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira Juliana
7 Macedo Matoso, MDS; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, MDS; Conselheira Elizabeth Souza
8 Hernandes, SENARC; Conselheiro Idervânio da Silva Costa, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab Bruni,
9 SNAS; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, MPS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS;
10 Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari; Conselheira Maria das Graças Soares Prola, FONSEAS;
11 Conselheira Zilene Santana Silva Rabelo, FONSEAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,
12 CONGEMAS; Conselheiro Ademair de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira Cláudia
13 Faquinote; Conselheira Leila Pizzatto, Associação Antônio Vieira; Conselheira Valéria Silva Reis
14 Ribeiro. LBV; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha. Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Marilena
15 Ardore; Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira
16 Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum
17 Nacional da População de Rua; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO; Conselheira
18 Aldenora Gomes González, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;
19 Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Maria Aparecida do Amaral
20 Godoi de Faria, CNTSS; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de
21 Deficientes Visuais, ABEDDEV; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Carlos
22 Rogério de Carvalho Nunes, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB; Conselheira
23 Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro Thiago Szolnoky Barbosa Ferreira Cabral,
24 OAB.**Convidados:** Moisés Castro, CONSEAS/SP; Maria Sílvia C. Bosigmo, CONSEAS/SP; Ana Beatriz M.
25 de Almeida, CAS/DF; Brenda F. Silva, M/SE; Isolete Magali C. Baccio, CEAS/RS; Francis L. de S. Lisboa,
26 CMAS/SP; Marilene Silva, ESPRO; Kelly Santos, CEAS/SC; Solange Bueno, CEAS/SC; Hilda Correa de
27 Oliveira, CFESS; Wellington de Pinto, ABEDDEV; Daisy B. Constância, CAS/DF; e, Luziana C. de A.
28 Maranhão, COFFITO. **ABERTURA.** Aos onze dias de março de dois mil e catorze, a Presidenta iniciou a
29 220ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, cumprimentando os presentes e
30 solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira
31 Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheiro José

32 Ferreira da Crus; Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Márcia de
33 Carvalho Rocha; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira
34 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Jane Pereira Clemente; e, Conselheira Solange
35 Teixeira. Conselheiros na Suplência: Conselheira Zilene Santana Silva Rabelo; Conselheira Cláudia
36 Faquinote; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Nilsia
37 Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos;
38 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A
39 Presidenta, observando ser a terceira reunião antes da posse da nova gestão do CNAS em junho,
40 passou para o **Item Aprovação da Ata da 219ª Reunião Ordinária e da Pauta da 220ª Reunião**
41 **Ordinária do CNAS.** A Presidenta indagou se havia alguma observação, considerou aprovada a Ata da
42 219ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social. **Pauta – Dia 10.03.2014 –**
43 **Comissões Temáticas - Manhã - 9h às 16h:** - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
44 Conselhos da Assistência Social: Apresentação da revisão do Plano de Ação da Comissão e outros.
45 Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Apreciação do conteúdo
46 das capacitações sobre matéria orçamentária e financeira e outros. - Reunião da Comissão de Normas
47 da Assistência Social: Estudo da Resolução CNAS nº16/2010. - Reunião da Comissão de Política da
48 Assistência Social: Continuação da discussão sobre o reconhecimento das ocupações de nível médio
49 do SUAS e outros. – **Tarde - 16h às 18h:** - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 11.03.2014 – Manhã -**
50 **9h às 09h15:** - Aprovação da ata da 219ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 220ª Reunião
51 Ordinária. **09h15 às 11h:** - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
52 CONGEMAS e Conselheiros. **11h às 12h:** - Curso Controle Exercido por Conselhos de Assistência Social
53 – Apresentação TCU. **Tarde - 13h às 16h:** - Relato da Comissão de Política da Assistência Social. **16h às**
54 **18h:** - Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social (Leitura e
55 aprovação do Caderno de Orientações CNAS: Processo eleitoral dos representantes da sociedade civil
56 nos Conselhos de Assistência Social). **Dia 12.03.2014 – Manhã - 9h às 10h30:** - Relato da Presidência
57 Ampliada. **10h30 às 12h:** - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. **Tarde - 14h às 16h:** -
58 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. **16h às 18h:** - Relato da
59 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda. **Dia 13.03.2014 – Manhã - 9h às 17h:** - Reunião
60 Trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social
61 do Distrito Federal. Indicou a alteração no dia 12, colocando de 9h às 10h a Presidência Ampliada, e
62 de 10h às 12h a Comissão de Normas, ou 10h às 12h30 conforme for a necessidade. A Presidenta
63 indagou se havia mais alguma observação. Em não havendo, considerou aprovada a Pauta pelo Pleno.
64 **Item Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.**
65 **Informes do MDS,** pela Secretária Denise Colin: *“Bom dia Conselheiros, bom dia Conselheiras, nossos*
66 *visitantes, participantes sempre das nossas reuniões, Sra. Presidente, Sra. Vice-Presidente. Bom, então*
67 *prazer estar aqui com todos vocês novamente nesse, a reunião desse mês, ela é bastante especial,*
68 *porque, além de ser a Reunião Ordinária, é a reunião que tem o contato e a parceria com todos os*
69 *Conselhos Estaduais, isso é de fundamental importância o Conselho cumprindo efetivamente a sua*
70 *função de assessoramento e apoio aos respectivos órgãos de controle na área e tentando reproduzir*
71 *ao máximo essa experiência dos Estados para com os seus respectivos municípios. Também é*

72 importante toda discussão que vai ser travada com o Termo de Compromisso, que é um órgão de
73 controle diferenciado e que valoriza e tem reconhecido na instância dos Conselhos a capacidade da
74 sociedade civil de fazer uma efetiva fiscalização do Estado e reconhecer essas instâncias como etapas
75 de aprovação e de apoio às ações que são executadas. Então o Tribunal de Contas da União,
76 diferentemente de outros Tribunais de Contas dos Estados têm muita dificuldade em aceitar a
77 aprovação dos Conselhos Estaduais e dos Conselhos Municipais, alguns deles em relação aos planos,
78 em relação às prestações de contas, em relação aos aceites dos serviços e das respectivas expansões,
79 o Tribunal de Contas da União inaugura esse novo formato, todos vocês que estão há mais tempo na
80 área sabem que não é fácil criar uma dinâmica diferenciada para dentro da burocracia e muito mais
81 com participação social. E essa integração e esse intercâmbio aprimorando as áreas do controle são
82 fundamentais, então queria parabenizar a iniciativa e eles estão sempre dispostos a ir construindo
83 conosco essa nova forma de fazer política pública que tenha um atendimento mais imediato das
84 demandas e necessidades da população. Passando aqui para os informes, nós realizamos nos dias 24,
85 25 e 26 de fevereiro aqui em Brasília e o Conselho teve participação em representação, um encontro
86 de alinhamento sobre o trabalho social com famílias na Política de Assistência Social. Convidamos
87 representações das diferentes regiões do país, dos diferentes portes de municípios, pessoas da
88 academia e também o Conselho Nacional evidentemente para podermos estarmos discutindo o
89 estágio, em que momento nós nos encontramos nesse acompanhamento, ao conjunto de famílias que
90 são atendidas nos serviços da Política de Assistência Social e que esse evento, a ideia foi nós estarmos
91 continuamente nos monitorando e nos aprimorando em metodologias de intervenção ou de
92 reconhecimento do que seria um efetivo trabalho da Política de Assistência Social com a população
93 usuária tendo a família como foco e o território como espaço de referência, de construção dessa
94 participação. Então está previsto que como continuidade desse encontro nós faremos cinco encontros
95 regionais, a ideia é que não seja um encontro amplo com muitas participações, mas que tenhamos
96 representações de portes de Estado para discutir as especificidades de cada uma dessas regiões e que
97 modelagem cada um dos atendimentos terá ou exigirá para que as necessidades dessas famílias
98 sejam efetivamente atendidas e correspondidas nos espaços dos nossos serviços, particularmente do
99 PAIF e do PAEFI. Então nós vamos fazer reuniões nas cinco regiões do país e depois um encontro
100 nacional, que estamos tentando buscar experiências internacionais também bastante positivas que
101 possam orientar. E o propósito é que a gente saia mesmo com um conjunto de entendimentos e
102 alinhamentos do conceito de trabalho social; das atribuições; dos principais princípios; de elementos
103 que devem ser considerados no atendimento; de formas de abordagens; de tipo de metodologias
104 diversas de acordo com cada área de formação; que a gente possa deixar um documento ao final
105 desse processo um documento produzido como continuidade de todas as orientações que já saem
106 nessa perspectiva. A nossa preocupação com essa área é de que a Assistência tem sido requisitada
107 para responder a diversas demandas da sociedade, e é preciso que a gente tenha muita clareza de
108 quais são as nossas atribuições em cada um dos serviços respectivos. Então trazer a informação,
109 embora vocês também tenham participado e dizer que nos outros espaços também isso vai se
110 reproduzir. Nesse mês agora de março, nos dias 24 e 25, haverá um terceiro encontro sobre o
111 Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho para as pessoas

112 com deficiência a partir, claro a partir aí dos 14 anos da aprendizagem e de 16 anos até... 45 é a área
113 prioritária, mas evidentemente é a faixa prioritária, mas evidentemente pode ser desencadeado para
114 qualquer outra idade, eu acho que todos já conhecem, vocês têm aqui uma Comissão de
115 Acompanhamento, provavelmente isso já foi apresentado lá, o programa BPC Trabalho, não é de
116 forma alguma um indicativo de que quem recebe o benefício necessariamente tenha que desenvolver
117 uma atividade no mundo do trabalho, mas que em função da sua deficiência ele não pode ser
118 impedido de ter esse acesso se assim desejar e aí a gente segue todas as previsões normativas e legais
119 para que viabilizam as oportunidades para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que já
120 são previstas. Então vários Estados e capitais fizeram essa adesão, tem uma parceria grande com as
121 entidades não-governamentais que fazem defesa desses seguimentos e que, portanto, tem a
122 experiência desse atendimento. A discussão é toda no sentido de como fazer a abordagem, de como
123 preparar essas instituições, de como preparar a própria pessoa e a família, do acompanhamento nesse
124 processo de inserção e a gente já teve uma conquista muito grande de que em estando nessas fases a
125 pessoa não perde, porque é um Benefício de Prestação Continuada evidentemente mesmo que passe
126 do critério do corte de renda ela não perde o benefício até que se, ela mesmo faça a opção de estar
127 sobrevivendo das rendas dessa própria colocação. Não é um trabalho fácil, não é um trabalho que se
128 busca um grande número e meta, é simplesmente uma nova forma de olhar para as pessoas com
129 deficiência que tenham essa possibilidade, esse desejo e essa vontade de acessar esse espaço. Então
130 também acho que se vocês ainda não ocorreu, com certeza o Conselho sempre é convidado também
131 para participar desses momentos, vai ser aqui em Brasília no auditório da Secretaria de Direitos
132 Humanos. Se tiver também alguma dúvida e tal, a gente pode fazer uma discussão mais ampliada
133 desse programa, com certeza. Agora a gente traz um balanço de expansões de serviços que foram
134 deliberadas e aprovadas nesse Conselho, e que, portanto, a gente deve frequentemente estar
135 trazendo acompanhamento dessas ações para que o Conselho possa ter em mãos o resultado também
136 das suas deliberações. O primeiro é em relação ao programa CapacitaSUAS, que o Conselho aprovou a
137 Política Nacional de Educação Permanente e um Programa de Capacitação Continuada para gestores,
138 Conselheiros e trabalhadores da Política de Assistência Social. Ela teve início no final, início e no final,
139 do ano de 2012 o programa teve e três Estados cumpriram 100% das metas àquela época, que foi o
140 Acre, Sergipe e Santa Catarina. No ano de 2013 a gente já teve a adesão de muitos Estados, eu já vou
141 ler aqui todos que também atingiram a integralidade das metas e agora para 2014 os Estados tinham
142 um prazo até o final do ano de estar fazendo a contratação das instituições que iriam prestar esse tipo
143 de capacitação nas suas respectivas localidades. Lembrando que nós fizemos um processo de
144 chamamento público das universidades públicas e privadas e agora a partir desse ano, não é José
145 Crus? Isso tudo é coordenado pelo Departamento de Gestão do SUAS, Diretora Simone e o
146 Coordenador José Crus. Nós vamos também fazer chamamento para as escolas de governo e os
147 institutos tecnológicos. A ideia é que a gente vá ampliando cada vez mais, não só para as instituições
148 de ensino superior, mas para essas escolas que estão organizadas na sua estrutura para qualificar os
149 profissionais que trabalham também em políticas públicas e que a gente vá também preparando para
150 que não seja só de nível superior, mas que eles também possam atender os trabalhadores de nível
151 médio e de nível fundamental. Então no ano de 2013 nós tivemos os Estados do Amazonas, do Amapá,

152 da Paraíba, de Roraima que iniciaram a capacitação e que ainda estão concluindo todo o processo e
153 os que já concluíram, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio
154 Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Distrito Federal. E para esse ano 17
155 Estados mais o Distrito Federal já fizeram a contratação das entidades que vão prestar capacitação e
156 com a elaboração do cronograma da oferta desses cursos. Então eu já lerei aqui, só para ficar
157 registrado, depois a gente deixa todo esse material, e nós temos vários desafios ainda nessa
158 perspectiva que queríamos dividir com os Conselheiros e também pensar na proposta de
159 aprimoramento desse processo. Então para esse ano nós teremos os Estados do Acre, Alagoas,
160 Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato
161 Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa
162 Catarina e Sergipe já com o cronograma, com contratação e com o cronograma da oferta dos cursos
163 elaborados. Que dificuldades que nós estamos encontrando? Primeiro é que efetivamente esse
164 processo, ele é um cofinanciamento do governo federal que repassa para os Estados Fundo a Fundo
165 esse recurso e os Estados, então, dentre aquele rol de instituições que foram credenciadas, hoje são
166 101, nós vamos ampliar, também fazem o processo de seleção e de indicação, a ideia é que na medida
167 do possível sejam universidades da própria localidade para criar uma produção de saber, segundo a
168 lógica de funcionamento daquele determinado território e que não seja só para capacitação, mas seja
169 para pesquisa, para extensão e tal. Mas nós ainda estamos com dificuldades de que outras esferas de
170 governo também façam seu respectivo cofinanciamento para os cursos e ampliem a gama dos
171 módulos e o número de metas para essas ofertas. Também o entendimento mesmo da necessidade de
172 formação de cada um dos trabalhadores em cada uma das regiões com o que está previsto na Política
173 Nacional. Nós ainda estamos nos módulos iniciais, nos módulos introdutórios de alinhamento dos
174 respectivos serviços, tem depois um módulo também específico sobre indicadores sociais e sobre
175 vigilância socioassistencial e um outro sobre gestão financeira e o funcionamento, o orçamento e o
176 funcionamento dos Fundos de Assistência Social. Para tudo isso tem o material didático bastante
177 consistente que está disponível na internet e que é entregue, tem um manual de orientação para os
178 Professores, para os alunos e nós estamos num processo muito interessante de convocar essas
179 entidades, essas instituições de ensino e desenvolver um alinhamento dos conceitos, então com vários
180 desses todos os que têm cursos iniciando nós chamamos o conjunto de universidades e de gestores
181 estaduais que estão nessa parceria para trabalhar com eles o conteúdo dessas exposições e também a
182 ideia que ao final a gente tenha um grande material produzido, porque cada um dos Professores
183 preparam suas respectivas aulas, os alunos fazem trabalhos sobre isso, adotam dinâmicas de repasse
184 desse conteúdo e que a gente possa sistematizar e ir montando vários materiais aí nessa melhoria
185 desse repasse de informações. Então esse é um outro grande desafio como é que a gente traduz para
186 um material de orientação e reproduz essa capacitação. O fomento de pesquisas e de experiências de
187 extensão é uma perspectiva que a gente sempre sinalizou para as universidades, mas nem todas ainda
188 estão engajadas, nem todas abriram linhas de pesquisa, nós também fizemos um repasse de recurso
189 para o CNPq, para fazer uma chamada. Quer dizer, tentando desencadear e mobilizar frentes para
190 estudo nessa área. Nos propusemos a instituir um observatório dessas práticas profissionais, e ainda
191 isso está muito incipiente também, e a supervisão técnica que a gente tem, tanto nós da Secretaria

192 Nacional de Assistência, como a SAGI e o gabinete da Ministra temos acompanhado todas as
193 realizações desses cursos e, não só para abertura, mas participado dos eventos, e a ideia é que a
194 gente continue nessa dinâmica. Eu falo tudo e acho que depois a gente abre, não é? Então uma outra
195 deliberação do Conselho muito importante que tem nos deixado muito satisfeitos quando a gente vai
196 fazer as entregas das lanchas da Assistência Social, do pronunciamento das pessoas, não só dos
197 Prefeitos, mas das comunidades ribeirinhas, dos técnicos, da importância desse equipamento de
198 transporte, parece muito simples, mas muda muito a realidade da população ribeirinha, nós já fizemos
199 isso nos Estados do Norte, vamos começar ainda a fazer no pantanal. Mas, na verdade, ao total são
200 23 lanchas, nós já fizemos a entrega de 58 nos Estados do Pará e do Amazonas, no Amazonas ainda
201 falta uma, não é Graça? E agora em março a gente vai fazer uma reunião de alinhamento de
202 orientação de acompanhamento com todas as equipes volantes que estão envolvidas nesse processo,
203 a gente já fez essa reunião no Pará, vai fazer no Amazonas e nos organizamos para fazer a partir de
204 cada entrega essas discussões com todas as equipes para trocarem experiências, para elaborarem o
205 planejamento da oferta desse serviço em cada um desses espaços, também para escutar um pouco
206 das dificuldades, dos desafios para pensar alternativas junto com o coletivo. Na semana que vem nós
207 estaremos fazendo as entregas no Maranhão no dia 18 e depois continua a reunião com as equipes no
208 dia subsequente. Não, 17 a reunião e dia 18 a entrega. Na outra semana no Acre, acho que 25 e 26 e
209 assim a gente tem um cronograma que envolve também os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do
210 Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. E estamos também, e já trouxemos essa discussão aqui,
211 negociando com a Marinha a construção do que eles chamam de lanchas oceânicas, porque em
212 alguns desses espaços não são só rios, são mares também que cortam o território daquele
213 determinado município e é preciso uma lancha um pouco diferenciada, com calado diferenciado
214 também e a gente vai estar acertando isso para atender a diversidade da realidade daquelas
215 localidades. Então isso para esse ano a gente pretende prever no orçamento do próximo ano a
216 continuidade por que a solicitação desse equipamento é muito grande e não só nós imaginávamos a
217 Amazônia legal e o Pantanal, mas também temos solicitação de Estados da região Sul e Sudeste com
218 municípios com uma grande quantidade de ilhas e de comunidades de pescadores que nos exigiria
219 esse tipo de serviço também. Vocês vão receber, não sei se a Diretora Simone já entregou, mas nós
220 estamos com um boletim da vigilância socioassistencial, não entregou ainda, mas vai entregar, não é
221 Simone? Bem legal, bem interessante, a vigilância fez um estudo sobre a análise da oferta do
222 cofinanciamento e das expansões dos anos de 2011 e 2012 com todo mapeamento aqui, com uma
223 avaliação também do trabalho das equipes volantes em todo país, hoje nós temos em torno de 1.200
224 e poucas equipes e aqui a localização, o tipo de trabalho desenvolvido, os horários de funcionamento,
225 então tem uma série de informações bastante detalhadas e o que nos deixa muito animados para
226 continuarmos nessa perspectiva, esse ano nós teremos de ampliação de um pouco mais de equipes
227 também de que os dados mostram que a localização está adequada, que aonde existe o maior número
228 de comunidades, povos tradicionais, de comunidades territoriais, rurais e de que os trabalhos a serem
229 desenvolvidos realmente são a oferta dos nossos serviços nos espaços em que cada um se encontra.
230 Há um detalhamento aqui do número de visitas, de como funciona os equipamentos que a gente vai
231 deixar, porque o volume de acompanhamento e dos atendimentos que são realizados pelas

232 *respectivas a avaliação é muito interessante e muito estimulante no sentido de que ela está*
233 *respondendo ao propósito pela qual ela foi implantada. Um boletim com 20 páginas, muitos dados,*
234 *muitos gráficos, então é fundamental que vocês possam ter acesso, acompanhar, monitorar e*
235 *efetivamente deliberar sobre questões que acham que devam ser aperfeiçoadas aí. O José está me*
236 *passando, obrigada, que hoje foi publicada a chamada pública para as instituições de ensino superior,*
237 *públicas e privadas, escolas de governo e institutos federais para ampliação da Rede Nacional de*
238 *Educação Permanente, eles vão ter 45 dias para enviar todos, toda a documentação e poder compor*
239 *essa rede. Então era também fundamental que o Conselho pusesse em todos seus documentos de*
240 *informação, passar o edital para cá, estão com uma forma de comunicação bastante ampliada e*
241 *interessante. E seria fundamental que a gente tivesse, nós ainda temos dois Estados, Amapá e*
242 *Rondônia e Tocantins, é isso? Quais os dois Estados que ainda não têm universidades? É três então,*
243 *Tocantins, Acre e Rondônia que ainda não tem universidades dos próprios Estados e a gente está se*
244 *mobilizando bastante para incentivá-los nesse sentido. Bom, acho que de informes eram esses e aí eu*
245 *me coloco à disposição para conversar com os Conselheiros”. A Presidenta agradeceu pelas*
246 *informações relatadas, solicitando o envio do convite para a Oficina dos Benefícios que se realizaria*
247 *no final de março. O Conselheiro José Araújo destacou a importância que o relato da Secretária*
248 *Denise Colin fosse encaminhado por e-mail, para melhor análise do mesmo. A Conselheira Márcia*
249 *informou seu interesse em participar das Oficinas dos Benefícios, principalmente sobre a família,*
250 *indagando sobre os convites. A Presidenta esclareceu como havia se dado sua participação no evento,*
251 *o que seria relatado nos informes da Presidência. A Conselheira Leila informou que no “CNAS*
252 *Informa” havia publicado a participação dos Conselheiros do CNAS, sendo que a Sociedade Civil não*
253 *havia tomado conhecimento do evento, indagando quem havia participado. Que a presença da*
254 *Presidenta, representando o CNAS deveria ser colocada, esclarecendo a questão. A Presidenta*
255 *solicitou à Secretaria-Executiva que fosse feito uma errata no informe, fazendo esse esclarecimento. A*
256 *Conselheira Simone falou sobre o tema, destacando sua importância e com o fruto desse debate*
257 *devendo vir para o Pleno, indicando o excelente trabalho realizado pelas equipes volantes. Indicou*
258 *que o Boletim seria repassado para todos via e-mail, trazendo a necessidade de investimento no seu*
259 *meio de transporte e o apoio técnico, ademais de divulgar os resultados desse trabalho. A Presidenta*
260 *ressaltou a importância de que o Conselho tomasse conhecimento do significado desse segundo*
261 *Boletim de vigilância socioassistencial, o qual trazia dados relevantes sobre a execução da Política na*
262 *ponta. A Secretária Denise informou que encaminhariam o convite do seminário do BPC Trabalho,*
263 *assim como os Informes, que seriam repassado por e-mail. Relatou que estavam lançando os Termos*
264 *de Referência para a contratação dos seminários regionais e cujos resultados seriam informados*
265 *assim que os tivessem em mãos, discorrendo sobre a importância desses eventos e da participação de*
266 *todos. A Conselheira Leila ressaltou a qualidade das oficinas e capacitações realizadas, destacando a*
267 *importância da participação de todos, com a concordância da Secretária Denise. A Presidenta*
268 *agradeceu a presença da Secretária Denise, que se retirou para outro compromisso. **Item Informes da***
269 **Secretaria-Executiva.** *“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: A*
270 *Conselheira Margarida Munguba Cardoso nesta Reunião Ordinária, por motivo de férias; A*
271 *Conselheira Solange Teixeira nesta Reunião Ordinária nos dias 12 e 13 e na Reunião Extraordinária da*

272 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda no dia 14 de março, devido a
273 compromissos institucionais; A Conselheira Clélia Brandão Alvarenga Craveiro nesta Reunião
274 Ordinária, devido a compromissos institucionais; O Conselheiro Fábio Bruni nesta Reunião Ordinária,
275 devido a compromissos institucionais; A Conselheira Maria Lúcia Marquim nesta Reunião Ordinária,
276 por motivo de doença na família. CONVOCAÇÕES/PARTICIPAÇÃO: A presidenta do CNAS, Luziele
277 Tapajós, participou do Encontro Regional do CONGEMAS -Região Sudeste, realizado nos dias 11 e 12
278 de fevereiro em São Paulo/SP; A presidenta concedeu entrevista ao TCU em Ação no dia 18 de
279 fevereiro sobre a importância do curso de capacitação dos Conselheiros oferecido pelo TCU; A
280 presidenta participou da mesa de abertura do Encontro de Alinhamento Trabalho Social com Família
281 na Política Nacional de Assistência Social, realizado no dia 24 de fevereiro em Brasília; A Conselheira
282 Aldenora Gonzalez participou do Encontro Regional do CONGEMAS - Região Norte, realizado nos dias
283 20 e 21 de fevereiro em Macapá/AP; Os Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes foram
284 convocados para 220ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a ser
285 realizada no período de 10 a 12 de março de 2014, em Brasília/DF, e para Reunião Trimestral do CNAS
286 com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal
287 no dia 13 de março de 2014; A Conselheira Maria Lúcia Marquim foi convocada para o Encontro
288 Regional do CONGEMAS -Região Nordeste, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de março, em Ilhéus/BA; Os
289 conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
290 foram convocados para reunião extraordinária a ser realizada no dia 14 de março de 2014 das 09h às
291 17h, em Brasília-DF. A Conselheira Jane Clemente foi convocada para participar da 128ª Reunião da
292 CIT, no dia 19 de março de 2014, em Brasília/DF. E-MAILS ENVIADOS AOS CONSELHEIROS DO CNAS:
293 Apresentação em power point sobre os níveis médio e fundamental dos trabalhadores do SUAS,
294 apresentado na Comissão de Política; Caderno de orientações do CNAS sobre processo eleitoral dos
295 representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social; Informações sobre inscrições
296 para os cursos gratuitos de atualização do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais;
297 Relatório elaborado pela Conselheira Nilsia Santos referente a sua participação na Cerimônia de posse
298 do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Ministério da Justiça, representando
299 o CNAS; Ata e gravação da 219ª Reunião Ordinária do CNAS; Informe - Consulta LDO 2015; Pauta
300 da 220ª Reunião Ordinária do CNAS publicada do Diário Oficial da União no dia 5 de março de 2014.
301 RESOLUÇÕES e Edital: RESOLUÇÃO CNAS 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014 - DOU 05/02/2014 - SEÇÃO I -
302 PÁGINA 51 que Publica as deliberações da IX Conferência Nacional de Assistência Social; RESOLUÇÃO;
303 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014 - DOU 12/02/2014 - SEÇÃO I -PÁGINA 82 que dispõe sobre o processo
304 eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS,
305 Gestão 2014/2016; RESOLUÇÃO Nº 3, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014 - DOU 12/02/2014 - SEÇÃO II -
306 PÁGINA 52 que institui a Comissão Eleitoral de que trata o art. 2- da Resolução CNAS nº 2, de 10 de
307 fevereiro de 2014; RESOLUÇÃO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014 - DOU 12/02/2014 - SEÇÃO I -
308 PÁGINA 84 que institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do
309 SUAS - Aprimora Rede e aprova os critérios e procedimentos para incentivar a qualificação dos
310 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades privadas no
311 âmbito do SUAS. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014 - DOU 12/02/2014 - SEÇÃO I -

312 PÁGINA 85 que aprova o Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de
313 Assistência Social (FNAS), exercício de 2013; EDITAL 1/2014 - CONVOCA ELEIÇÃO DOS
314 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL -2014/2016. ANIVERSARIANTES DE MARÇO: Elisabeth Sousa
315 Cagliari Hernandez - 3 de março Jane Clemente - 5 de março Dóris de Jesus-dia 9 de março. Luziele
316 Tapajós, Presidenta do CNAS. Maria das Mercês Avelino de Carvalho. Secretária Executiva do CNAS.” A
317 Presidenta parabenizou os aniversariantes, informando, a seguir, a participação no evento do
318 CONGEMAS e cujo convite havia chegado após a realização do Pleno, impossibilitando o
319 conhecimento de todos. Informou sobre a representação pelo CNAS da Conselheira Aldenora no
320 Encontro Regional de Norte, em Macapá, e pela Conselheira Lúcia Marquim, em Ilhéus, considerando
321 que não participaria desse Pleno. Indicou que representaria o CNAS nos eventos em Porto Alegre e no
322 Encontro Nacional, em Cuiabá, falando sobre a metodologia usada. Falou sobre o evento do trabalho
323 social cujo convite também havia chegado posteriormente ao Pleno, com a participação dos
324 Conselheiros do MDS e da Conselheira Maria das Graças, representando o FONSEAS, os quais
325 poderiam relatar sua participação. Que solicitaria o relatório à SNAS para repassar a todos,
326 considerando o excelente trabalho realizado. A Conselheira Maria das Graças relatou sua participação
327 e cujo conteúdo técnico seria replicado para as universidades do Amazonas. A Conselheira Léa Lúcia
328 passou ao seguinte relato: “O ano passado dentro da Proteção Social Básica nós trabalhamos
329 intensamente para poder fazer chegar o PAIF e os CRAS em todos os municípios brasileiros, o Conselho
330 foi informado desse procedimento e nós finalizamos 2013 faltando apenas 37 municípios que não têm
331 o serviço com cofinanciamento federal. Isso nós trabalhamos o reordenamento e o serviço de
332 convivência, chegamos a 5.035 municípios, então chegamos num momento em que os serviços da
333 Proteção Social Básica, ele ganhou uma extensão de presença nos municípios muito forte. A partir daí
334 gerou para nós uma necessidade de tratar ordem conteúdos que orienta toda essa implantação dos
335 novos serviços. Concomitantemente nós tivemos a chegada dos novos concursados, que foram o
336 número de 60 e poucos na Secretaria, a equipe da Proteção Social Básica, ela se renovou em torno de
337 90% da equipe anterior e nós começamos a ver a necessidade de fazer um estudo aprofundado,
338 reflexivo sobre as temáticas que orientam a implantação do PAIF e dos CRAS, e da ação preventiva da
339 Assistência Social. O ano passado foi um ano intenso, mas nós conseguimos fazer o que nós
340 chamamos “Duas Rodas de Conversa”, foi chamado de Roda de Conversa, porque nós queríamos ouvir
341 pessoas que estão no dia a dia da execução dos serviços e que pudessem nos ajudar a refletir quais
342 são os reais problemas do ponto de vista da implementação, porque a gente ouve muito dizer que a
343 equipe não está completa, a equipe do PAIF muitas vezes está sendo substituída. Então a gente
344 precisava trabalhar todas essas questões, nós fizemos uma Roda de Conversa do PAIF que o objetivo
345 foi ter a equipe do Departamento, gestores que estão implementando a política e também ouvir
346 pessoas ligadas à universidade que trabalham o tema sobre a Proteção Social Básica. Essas duas
347 Rodas de Conversas gerou um resultado que foi dito o seguinte: Há uma necessidade de fazer um
348 alinhamento dos conceitos. De fato o que é trabalho social com família? O que é capacidade protetiva
349 das famílias? Como que se desenvolve esse trabalho? Qual é a dimensão intersetorial? Qual é a
350 necessidade do perfil dos trabalhadores que estão no dia a dia do território? Adensado que era
351 importante compreender todo esse trabalho social articulado no território ali, aonde está

352 *acontecendo. E nós estamos desde o ano passado fazendo uma discussão de que nós temos dois*
353 *serviços estatais que entregam o trabalho social com famílias, o PAIF e o PAEFI. E muitas vezes na*
354 *realidade de implementação isso é muito distinto, fica o PAIF fazendo um trabalho, o PAEFI atendendo*
355 *às crianças como se as famílias não fossem as mesmas. Então foi isso que a gente encarou no debate*
356 *dessas Rodas de Conversas e sinalizou, então, a importância de a gente ampliar esse debate. Nós*
357 *decidimos, então, fazer encontros regionais que seriam por região, mas antes nós entendemos a*
358 *necessidade de fazer uma reunião de caráter técnico e conceitual para trabalhar todas as dúvidas em*
359 *termos desses conceitos para aí sim a gente poder sair para fora. Então esse encontro, ele foi muito*
360 *importante, ele cumpriu um papel fundamental, foi um consenso absoluto de que todos os conceitos*
361 *de que a Política Nacional de Assistência Social coloca todos os conceitos que o SUAS aprimora, eles*
362 *não têm divergências, têm uma clareza fundamental sobre eles. E agora nós vamos para as regiões*
363 *para ouvir os Conselheiros, os gestores, as universidades, os trabalhadores, os Coordenadores de CRAS*
364 *e CREAS para que a gente possa então trabalhar nessa perspectiva e nós estamos entendendo que o*
365 *nosso desafio depois de fazer chegar o serviço nos municípios é a qualificação deles. E a qualificação,*
366 *ela repassa para uma reflexão, por uma interpretação dos nossos conceitos que as nossas normativas*
367 *garantem. Então foi de fato um evento muito importante e eu espero que as etapas agora em cada*
368 *região, e em novembro um seminário nacional que a gente quer trazer experiências internacionais de*
369 *trabalho social com família, ajude a deixar escrito nesse ano um legado importante do trabalho social*
370 *com famílias, que a Política de Assistência Social escreveu. É isso, obrigada”* **Informes do CONGEMAS.**
371 A Presidenta informou a ausência da Conselheira Marisa para os Informes do CONGEMAS, mas que
372 estaria presente à tarde. **Informes do FONSEAS.** A Conselheira Maria das Graças registrou a presença
373 da Suplente do FONSEAS, e Secretária-Executiva e Adjunta da Assistência Social do Estado, de
374 Rondônia da Assistência Social e que havia participado da Comissão de Normas no dia anterior. A
375 Presidenta também informou sua presença, com a Conselheira Zilene falando sobre sua trajetória
376 profissional, colocando-se à disposição do CNAS. **Informes da CIT.** O Conselheiro José Araújo
377 comunicou que a reunião seria no dia 19 de março, não tendo nenhum informe no momento.
378 **Informes dos Conselheiros.** A Conselheira Nilsia informou que no dia 25 de março aconteceria a
379 Conferência Nacional sobre Imigrante e Refugiado do Ministério da Justiça em Belo Horizonte, na
380 Faculdade de Direito da UFMG, de 9h às 17h, e nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho na cidade de
381 São Paulo. O Conselheiro Anderson falou sobre o substitutivo para a população em situação de rua na
382 Política Nacional do Senador Paulo Paim, resultante no Projeto de Lei 6.802/2006, com dois encontros
383 em Brasília, promovido pelo MDS, relatando o tema discutido e a importância dessa norma. Falou
384 sobre a importância do programa Desafios da Luz do Braços Abertos e como o mesmo ajudava a
385 população de rua e usuários de crack, gerando trabalho, moradia, colocando-se, também, contra a
386 higienização e a favor de uma política digna para a população de rua. O Conselheiro José Araújo, em
387 nome do Conselheiro Ademar, que não estava presente, relatou a realização da III Conferência
388 Nacional de Economia Solidária, em novembro em Brasília, que assim como o CNAS, conferiria as
389 deliberações dos dois primeiros eventos. Sugeriu que o Secretário Nacional de Economia Solidária,
390 Professor Paul Singer fosse convidado para falar sobre o evento no Pleno de abril. A Conselheira
391 Aldenora relatou sua participação, no encontro do CONGEMAS em Macapá e como palestrante na

392 Oficina de Controle Social, juntamente com o Sr. Jaime e com a Conselheira Simone, discorrendo
393 sobre o evento. Informou estar integrando o Comitê Brasileiro para o Ano Internacional da Agricultura
394 Familiar, falando sobre o mesmo e convidando a todos os Conselheiros que fizessem uma grande
395 mobilização em torno dessa temática da agricultura familiar em seus estados, relatando que no dia 7
396 de março havia realizado no Teatro das Bacabeiras, juntamente com o governo estadual, o I^o
397 Encontro Estadual de Mulheres Agricultoras dos Rios e das Florestas do Estado do Amapá. Que no dia
398 08 foram realizadas duas iniciativas, salão de beleza a céu aberto e a Feira da Mulher Agricultora, que
399 seria permanente. O Conselheiro Marcílio comunicou sua substituição como representante do MDS
400 no CNAS em virtude dos novos compromissos assumidos e que inviabilizariam sua participação no
401 Conselho, agradecendo o apoio recebido. Falou sobre a publicação nesse dia do segundo edital para a
402 Chamada Pública das Instituições de Ensino, para compor a Rede Nacional de Capacitação e Formação
403 do SUAS, discorrendo sobre a importância da inclusão de novas escolas, e que estava no site da SAGI
404 para acesso, e cujo resultado seria informado para todos. A Presidenta agradeceu pelo trabalho
405 realizado pelo Conselheiro Marcílio, colocando o CNAS à disposição nas suas novas funções. A
406 Conselheira Márcia informou o Encontro Nacional de Nivelamento Conceitual do Assessoramento e
407 Garantia de Direitos na Política de Assistência Social, ocorrido em São Paulo nos dias 11 e 12 de
408 fevereiro, realizado pela Paulus. A Presidenta apresentou a Sra. Silvia Helena, Auditora Federal do
409 Controle Externo do TCU, da Diretoria de Promoções de Ações Educacionais e Relações Institucionais
410 do TCU; e o Sr. Pedro Cochino, Diretor Substituto dessa Diretoria, para falarem sobre o curso lançado
411 pelo TCU na IX Conferência Nacional, informando o interesse apresentado sobre o mesmo. O Sr.
412 Pedro Cochino falou sobre as ações do Tribunal quanto à orientação dos Conselheiros na ação de
413 fiscalização, com esse curso vindo atender as deficiências apresentadas. Esclareceu como o curso era
414 realizado, atendendo todos os Conselhos, usando um modelo americano chamado Movimento de
415 Cursos Massivos e Abertos, esclarecendo como o mesmo era aplicado. Convidou aos Conselheiros que
416 ainda não o haviam feito, a entrar no curso e participar e também fazer a sua divulgação,
417 considerando a importância do mesmo. A seguir, a Sra. Silvia Helena complementou as informações
418 anteriores, agradecendo a parceria com o Conselho e procedendo à apresentação sobre o curso, com
419 o título “Controle exercido por Conselhos da Assistência Social”, informando sobre inscrição,
420 avaliação final e certificação. Destacou a importância de mesmo após a conclusão do curso,
421 continuasse a participar, colaborando com os demais Fóruns de discussão, ademais de fazer parte
422 dessa comunidade. Falou que o curso era aberto, podendo ser utilizado para capacitação nos
423 municípios, informando o grande número de participantes. Relatou que a maioria dos participantes
424 era de membros de Conselho de Assistência Social; alunos de faculdade na área de Assistência Social
425 e outras áreas afins; e pessoas interessadas no assunto, sendo importante para o cidadão conhecer o
426 trabalho que o Conselho fazia no município. A seguir a Sra. Silvia Helena apresentou o curso e como
427 era dividido, além da importância dos Fóruns de discussão e dos tópicos inseridos pelos participantes.
428 Agradeceu a participação de todos e a divulgação do curso, destacando a importância da capacitação
429 para o Conselho, procedendo à fiscalização de forma correta. A Presidenta agradeceu pela
430 participação, discorrendo sobre a importância da capacitação e destacando o CapacitaSUAS, que
431 promovia a capacitação dos técnicos dessa Política. Informou que em maio haveria a Reunião

432 Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional, convidando-os para apresentar os resultados,
433 sugerindo a criação de um boletim específico com os resultados do curso e incentivando a
434 participação. A Conselheira Aldenora indagou a duração do curso e como o TCU dialogava com o TCE
435 nos Estados, sugerindo que isso fosse feito. A Conselheira Simone lembrou a primeira cartilha feita
436 junto com o TCU e sua importância para a implantação do SUAS. Indagou se Tribunal utilizaria o bate-
437 papo como denúncia e se já haviam pensado nessa questão. A Conselheira Leila indagou como o TCU
438 dialogava com os Conselheiros que exerciam o Controle Social junto aos Conselhos de Assistência
439 Social e como ficava o limite entre o que era efetivo pela Sociedade Civil e pelo TCU. O Conselheiro
440 Marcílio parabenizou o TCU pelo curso, informando que no âmbito do CapacitaSUAS seria executado
441 na sua próxima o curso presencial de introdução ao exercício do Controle Social, falando sobre a sua
442 construção. Que gostariam de construir uma agenda com o TCU para apresentar esse projeto
443 pedagógico para poder aproveitar o que o curso do Tribunal oferecia, informando os procedimentos
444 que estavam sendo feitos em um dos seus módulos. O Conselheiro Eivaldo falou sobre a visão que
445 geralmente tinham sobre o YCU de órgão fiscalizador, com essa iniciativa vindo mudar esse conceito.
446 Indagou à Sra. Silvia Helena sobre a acessibilidade para esse curso, para as pessoas com deficiência
447 visual utilizarem os leitores de tela. A Sra. Silvia Helena informou que o curso tinha uma carga horária
448 de trinta horas, esclarecendo como poderia ser feito. Com relação à denúncia, lembrou ser um espaço
449 educacional, onde as pessoas tinham que se sentir seguras, e com as denúncias por ventura existente
450 sendo encaminhadas para as instâncias correspondentes. Quanto à interação com os Tribunais de
451 Contas nos Estados, informou que trabalhavam no Instituto Serzedello Corrêa, unidade do TCU
452 responsável pela educação corporativa, estando em contato e oferecendo cursos para os Tribunais de
453 Contas Estaduais e Municipais. Falou sobre o Controle Social, questão que ainda era nova na
454 sociedade, sendo uma das metas do TCU estimular essa participação, mas ainda não tendo nenhum
455 instrumento que fiscalizasse a efetividade desse controle. Colocou-se à disposição para compartilhar a
456 experiência e o material existente, mas sempre mantendo o crédito de criador para o TCU. Com
457 relação à acessibilidade, falou sobre as dificuldades existentes, sendo que a migração para uma nova
458 versão poderia possibilitar essa questão. O Sr. Pedro esclareceu que o curso não era aberto apenas à
459 participação, mas também a sugestões de melhorias, solicitando a colaboração para conhecer a sua
460 efetividade na ponta e proceder a melhorias porventura necessárias. O Conselheiro Volmir falou
461 sobre a acessibilidade, defrontando-se com mais uma situação em que a mesma não era considerada,
462 apesar de ser uma questão legal e que não estava sendo obedecida pela maioria dos cursos *on line*,
463 registrando essa questão também junto ao TCU. A Presidenta agradeceu pela presença, colocando-se
464 à disposição para a divulgação desse curso e sua colaboração com o Departamento de Informação do
465 MDS. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
466 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a
467 verificação do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós;
468 Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro
469 Idervânio da Silva Costa; Conselheiro José Ferreira Crus; Conselheira Maria das Graças Prola;
470 Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Aldenora Gomes
471 Gonzáles; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira Margareth Alves

472 Dallaruvera. Conselheiros na Suplência: Conselheira Zilene Santana Silva Rabelo; Conselheira Cláudia
473 Faquinote; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Dóris
474 Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva;
475 Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta passou para o **Item Relato da Comissão de**
476 **Política**, pelo Conselheiro José Crus: *“Memória da Comissão de Política de Março de 2014.*
477 *Conselheiros (as) presentes: José Crus, Coordenador; Maria das Graças Soares Prola, Coordenadora*
478 *Adjunta; Edivaldo da Silva Ramos; Elizabeth Sousa Cagliari Hernandez; Jane Pereira Clemente; Léa*
479 *Lúcia Cecílio Braga; Maria Aparecida do Amaral de Godói Faria; Márcia de Carvalho Rocha; Marilena*
480 *Ardore; Nilsia Lourdes dos Santos. Convidados(as): Aline Soares Martins - MTE/DCBO Ana Luiza de O.*
481 *Lima Taufick - MEC/SETEC Antonio de Castro - SAGI/MDS Cláudia M. V. C. Paiva - MTE/DCBO Camila S.*
482 *Cipriano - SNAS/MDS Carolina Leal - SNAS/MDS, Ester Serra A. Carneiro - SNAS/MDS Guadalupe*
483 *Santana - SGTES/MS Léa Lúcia Cecílio Braga -SNAS/MDS Maria Carolina Alves - SNAS/MDS Mônica*
484 *Alves Silva - SN AS/ MDS Vera Lúcia S. Sousa - DPJ/MTE. Ouvintes: Mariana de Souza T. da Rocha -*
485 *Ensino Social Profissionalizante - ESPRO/ ONG. Secretaria Executiva: Maria Auxiliadora Pereira;*
486 *Carolina Ribeiro; Ana Tereza Gomes; Maria Antônia Pereira Valente; Rosiely Bomfim; 1.*
487 *RECONHECIMENTO DAS OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL DO SISTEMA ÚNICO DE*
488 *ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS: Esta pauta contou com a presença dos ministérios da Educação, Saúde e*
489 *Trabalho e Emprego e teve como objetivo qualificar o processo de reconhecimento das ocupações de*
490 *nível médio e fundamental do Sistema Único da Assistência Social -SUAS, a partir das experiências das*
491 *equipes desses ministérios e suas expertises na área, embasando a Comissão de Política do CNAS, na*
492 *proposta a ser construída e apresentada à apreciação e deliberação do Pleno. O coordenador da*
493 *Comissão iniciou o debate informando que, em consonância aos encaminhamentos da Comissão no*
494 *mês de fevereiro, o mesmo juntamente com sua equipe esteve reunido com os representantes dos*
495 *ministérios in lócus e em reunião conjunta, visando nivelar todo o processo de construção coletiva do*
496 *reconhecimento dos profissionais de nível médio e fundamental do SUAS. Ana Luiza Taufick,*
497 *coordenadora Geral Substituta de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da*
498 *Educação (MEC), apresentou informações sobre a qualificação profissional, trazendo elementos*
499 *importantes para o processo de qualificação dos profissionais do SUAS, objetivando o*
500 *desenvolvimento das competências requeridas pelo Sistema. Focou sua apresentação no PRPNATEC:*
501 *Brasil Sem Miséria, que oferta curso de Capacitação, articulando 11 (onze) ministérios. Hoje são*
502 *ofertados 644 cursos, que estão inseridos no Catálogo do MEC e, em articulação com a Classificação*
503 *Brasileira de Ocupações - CBO, visando formação para a inserção ou reinserção no mercado de*
504 *Trabalho. Segundo a Coordenadora, esse processo de construção coletiva, de reconhecimento das*
505 *ocupações de nível médio e fundamental do SUAS, possibilitará a inserção de cursos específicos do*
506 *SUAS no catálogo do MEC e sua oferta regular junto às Instituições de Ensino. A diretora Claudia de*
507 *Carvalho Paiva, da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego,*
508 *responsável pela coordenação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, reafirmou a*
509 *metodologia de construção e atualização da CBO, que é regulada de acordo com o mercado de*
510 *trabalho. O MTE desenvolve estudos das ocupações existentes no mercado de trabalho, a partir do*
511 *reconhecimento dos perfis profissionais e competências requeridas, dos requisitos mínimos de*

512 escolaridade e dos aspectos trabalhistas que possam implicar na ocupação. A diretora enfatizou, com
513 base no processo desencadeado pela SNAS/MDS, que o foco, no âmbito da gestão, não deve ser nas
514 categorias profissionais, mas sim trabalhar as áreas essenciais de gestão, estabelecendo uma síntese
515 das funções/atribuições/perfis e, requisitos mínimos de escolaridade para cada área. Reafirma ainda a
516 autonomia da área para o reconhecimento dos profissionais para provimento dos serviços
517 socioassistenciais, tendo em vista a especificidade da política pública de assistência social. Guadalupe
518 Paranaguá de Santana, Técnica Especializada da Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação
519 na Saúde informou que há anos vem realizando o processo gradativo de profissionalização e
520 qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde - SUS, junto às 36 escolas técnicas do SUS
521 em todo o Brasil. O MS tem avançado no processo de profissionalização e qualificação dos
522 trabalhadores do Sistema, na elaboração de mapas de competências das categorias profissionais
523 diretamente relacionadas às finalidades dos SUS e na delimitação dos perfis profissionais e atribuições
524 concernentes a cada uma. Encaminhamentos: - A partir do diálogo na Comissão de Política do CNAS
525 com os Ministérios, a equipe da Gestão do Trabalho do SUAS do DGSUAS/SNAS/MDS apresentará uma
526 síntese de todo o debate e reuniões, visando a construção conjunta de uma minuta de resolução no
527 âmbito da Comissão de Política no mês de abril. 2. TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS
528 SOCIOASSISTENCIAIS: Visando atender às recomendações constantes na Resolução CNAS nº 35, de 29
529 de novembro de 2-11, que recomenda a elaboração de adequações relativas à regulamentação das
530 alíneas "c" e "d" do inciso I do artigo 2º da LOAS, ou seja, referentes à Resolução CNAS 33/2011, que
531 define a Promoção e Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social; e a
532 Resolução CNAS nº 34/2011, que define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência é a
533 promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, a Diretora do
534 Departamento de Proteção Social Básica, Léa Braga, representante da SNAS, apresentou, juntamente
535 com sua equipe as alterações aprovadas por este Conselho, em relação a inserção da faixa etária de
536 18 a 59 anos, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Social Básica,
537 constante na Tipificação Nacional dos Serviços. Socioassistenciais, visando garantir proteção integral a
538 indivíduos e da famílias, considerando todos os ciclos de vida, conforme quadro anexo.
539 Encaminhamento: - Submeter o texto com as alterações à Equipe da Regulação para análise quanto às
540 técnicas legislativas. 3. DEFINIÇÃO DE PAUTA DO MÊS DE ABRIL: Continuação da construção coletiva
541 do processo de Reconhecimento dos Trabalhadores de Nível fundamental e médio do SUAS; -
542 Convidado: SNAS/MDS; Avaliação e balanço do Plano de Ação. José Crus, Coordenador da Comissão de
543 Política de Assistência Social." Em não havendo nenhuma observação, a Presidenta considerou o
544 relato aprovado pelo Pleno. Solicitou atenção com relação à pauta de abril, importante para o
545 prosseguimento dos trabalhos. Indicou que a Conselheira Nilsia estava indagando se a Comissão de
546 Política tinha alguma informação sobre a discussão iniciada em agosto com a SENARC sobre as
547 comunidades Quilombolas no Cadastro Único. O Conselheiro José Crus esclareceu que a Conselheira
548 Nilsia havia participado dessa reunião e não havia colocado o tema em pauta. A Presidenta indagou se
549 poderiam indagar à SENARC como estava esse acordo, ao que o Conselheiro José Crus informou que
550 estavam com duas pautas bastante apertadas para abril e, havendo espaço, poderiam tratar em maio
551 ou colocar uma oficina específica para tratar do tema na Reunião Ampliada e Descentralizada. A

552 Presidenta observou que essa possibilidade estava sendo considerada, ao que a Conselheira Nilsia
553 concordou com essa sugestão. A Presidenta considerou aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de
554 Política. Lembrou que haviam enviado em setembro de 2012 para o CNAS a demanda da tipificação e
555 que estavam concluindo gestão com a tipificação, com as adequações previstas, parabenizando o
556 Conselho e a Comissão por essa vitória, que chegava a todo o Sistema Único. A Conselheira Leila
557 indicou a Resolução 35, vencendo a tipificação, que era uma indicação importante, mas ficando as
558 seguintes pendências: a elaboração das orientações técnicas da Resolução 33 e 34, que estava
559 aprovado para março e junho de 2012 e também a discussão das tecnologias assistivas, aplicáveis ao
560 campo de Assistência Social, que estava na pauta da Comissão de Normas. Considerava que nessa
561 gestão não conseguiriam vencer essa pauta, sugerindo ficar como prioridade para a próxima gestão
562 do CNAS, com a Presidenta propondo fazer um ofício com essas indicações para a SNAS. A
563 Conselheira Simone falando sobre a questão, observou que as duas responsabilidades eram
564 compartilhadas, mas com as orientações técnicas sendo do MDS, considerando os poucos recursos
565 humanos e a capacidade da resposta necessária para o Sistema. Ponderou que a outra questão, que
566 era o debate da tecnologia assistiva no campo da Assistência Social estava na competência da
567 Comissão de Normas ou na de Política. Destacou que o Conselho também tinha condições de
568 organizar esse debate, sendo tarefa conjunta do CNAS e do MDS. A Conselheira Leila informou que a
569 Comissão de Normas tinha amplo material sobre as tecnologias assistivas, mas não haviam
570 conseguido tratar do assunto. Indicou outro importante encaminhamento saído da Resolução 34,
571 sobre a discussão da Resolução 34 com os Conselhos de Assistência Social e com a Rede
572 Socioassistencial e que não havia acontecido, o que teria que ser sanado. A Presidenta esclareceu que
573 em maio apresentariam o resultado do trabalho dessa gestão e os desafios que ficariam para a
574 próxima, agradecendo aos membros da Comissão pelo trabalho. O Conselheiro José Crus agradeceu o
575 trabalho da Comissão e solicitou apoio de todos os Conselheiros para vencer a agenda do nível médio.
576 Que a Secretária-Executiva havia preparado um balanço das suas ações no mês de abril, com várias
577 das pautas indicadas pela Conselheira Leila, compartilhada também com outras Comissões, ficariam
578 registradas nessa avaliação para a próxima gestão. Quanto às duas Resoluções, a 33 e a 34, para o
579 serviço de convivência, o MDS estava organizando a orientação técnica para o mesmo, tendo em
580 breve um documento importante para corroborar com o processo de estruturação, reordenamento
581 do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no país, citando os documentos que já
582 estavam prontos para a promoção e integração ao mundo do trabalho. Registrou seu agradecimento
583 à equipe da Diretora Léa pelo documento apresentado, importante para o SUAS e também à
584 Comissão pelo riquíssimo debate tido nas duas pautas no dia anterior. A Presidenta informou que as
585 colocações da Conselheira Simone e da Conselheira Nilsia estavam registradas para dar
586 encaminhamento a essas questões. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,**
587 pela Conselheira Aldenora Gonzáles, e de um documento trazido para aprovação: *“Memória da*
588 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Março de 2014. Conselheiros (as)*
589 *presentes: Aldenora Gomes Gonzáles - Coordenadora; Ademar Bertucci- Coord. Adjunto; José Araújo*
590 *da Silva; Solange Teixeira; Luziele Maria de Souza Tapajós; Carlos Rogério de Carvalho Nunes;*
591 *Ausência Justificada: Maria Lúcia Marquim; Secretaria Executiva: Celda Chaves; Lilian Guedes; Josué*

592 Santos. Informes: A Conselheira Aldenora, representou o CNAS no Encontro Regional do CONGEMAS
593 em Macapá-AP; 26 CEAS e CAS/DF, confirmaram presença na Reunião Trimestral, que acontecerá dia
594 13/03; apenas SP não confirmou, no entanto, comunicou ao CNAS, se virem para reunião, todas as
595 despesas serão assumidas pelo CONSEAS. Apresentação do Plano de Ação da Comissão de
596 Acompanhamento aos Conselhos, já revisado em reunião da CAC de fevereiro/2014.
597 Encaminhamentos: Apresentado o ajustamento do plano de ação conforme padrão proposto para as
598 comissões. Indicação de análise quali-quantitativa dos resultados do plano, considerando estratégias
599 realizadas e ações concluídas, conforme status. Sugerir as coordenações (SE) que efetivem a análise
600 preliminar dos respectivos planos, visando debate no pleno de abril e apresentação na reunião
601 descentralizada de maio. 3. Análise dos dados do Censo/SUAS 2013. (Solicitar formalmente em tempo
602 hábil as informações necessárias). Encaminhamentos: Leitura do documento CENSOSUAS
603 2013/Módulo Conselho pelos conselheiros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para
604 indicar as principais questões para o debate em abril. Solicitar oficialmente a equipe de vigilância os
605 dados do Censos SUAS 2013 , por municípios, estados, Distrito Federal e região. Reuniões Regionais
606 Encaminhamentos: Quatro encontros no segundo semestre, tendo como proposta o calendário abaixo:
607 Julho- 29 e 30 – NORTE – 2º - Setembro 17 e 18 - NORDESTE; 35 - Novembro 12 e 13 - CENTRO- OESTE;
608 45 - Novembro 26 e 27 - SUL E SUDESTE. Tema: Análise política e qualitativa do Censo SUAS Módulo
609 Conselhos, por região. Definir metodologia na próxima reunião. Sugestões: Apresentação e debate dos
610 resultados do Censo SUAS; Debates sobre o processo de monitoramento das deliberações das
611 conferências. Solicitar sugestão aos CEAS e CAS /DF, na reunião trimestral os Estados que realizarão as
612 reuniões regionais e consultar cada região sobre o tema. Inclusão do debate sobre o controle social e o
613 ciclo orçamentário. Aprimorar o encaminhamento do Mérito CNAS. Encaminhamentos: As duas
614 comissões (Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Política de Assistência Social)
615 serão ampliadas para todas as outras comissões e secretaria executiva, para pensar, no
616 aprimoramento do mérito como base de um observatório de boas praticas do controle social. Será
617 contratada uma consultoria para elaborar a publicação da primeira edição do Mérito CNAS. CADERNO
618 DE ORIENTAÇÕES CNAS - Processo eleitoral dos(as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de
619 Assistência Social. Encaminhamentos: Leitura e aprovação pelo pleno do Caderno de Orientações
620 CNAS: Processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil nos Conselhos e Assistência Social).
621 Pauta Abril/2014. Manhã. Análise dos dados do Censo/SUAS 2013- Módulo Conselho- CEAS e CAS/DF,
622 (leitura quantitativa e qualitativa). Tarde: Monitoramento do Mapa de resultados do plano de ação.
623 Elaborar orientações gerais para que os CEAS, CAS/DF e CMAS participem do processo de capacitação
624 direcionada a conselheiros. 8. Proposta de Pauta Maio/2014. Manhã/Reunião conjunta com a
625 Comissão de Financiamento. Temas: Criar estratégia de mobilização do CNAS, CEAS, CMAS e CAS/DF
626 ao acompanhamento dos instrumentos existentes; como CENSO SUAS, ESTADIC e MUNIC, para
627 monitorar e acompanhar o investimento da Assistência Social; Tratar da necessidade de
628 acompanhamento junto aos Conselhos de assistência Social, em especial da Ação 2B30 - Estruturação
629 da Rede de Proteção Básica e Ação 2B31 - Estruturação da Rede de Proteção Especial, e as demais
630 ações que necessitam da atenção dos conselhos. Tarde. Elaborar orientações técnicas sobre o
631 funcionamento da Secretaria Executiva.” A Presidenta passou às observações sobre o relato,

632 indicando no item 4 – “Reuniões Regionais”, previstas no Regimento, com a indicação de quatro
633 reuniões regionais para o segundo semestre de 2014: 29 e 30 de julho no Norte; 17 e 18 no Nordeste;
634 12 e 13 de novembro no Centro-Oeste, considerando a eleição em outubro, primeiro e segundo
635 turno; e 26 e 27 de novembro Sul e Sudeste, deixando essa proposta para assegurar o orçamento. A
636 Conselheira Margareth ressaltou a importância de trazer as deliberações dos encontros realizados,
637 considerando a sua importância. A Presidenta informou que havia sido encaminhado um relatório
638 para todos os Conselheiros, mas anotando como indicativo o seu envio. Que estava sendo sugerido
639 pela Comissão de Conselhos a análise política e qualitativa do Censo SUAS, módulos Conselhos por
640 região, com a metodologia sendo o aprofundamento do material entregue pelo Departamento de
641 Gestão do SUAS e Vigilância com relação ao Censo, a ser analisado nos encontros regionais. Indicou as
642 sugestões da Comissão: apresentação e debate dos resultados do Censo, debate sobre o processo de
643 monitoramento e das deliberações, sugestão aos CEAS que realizariam as reuniões regionais,
644 consultar cada região sobre o tema, sendo que na Reunião Trimestral do dia 13 colocariam a questão
645 para solicitar aos CEAS os temas que encontravam mais apropriados e, a inclusão do debate nesses
646 eventos do ciclo orçamentário e o controle social. A Conselheira Simone considerou importante a
647 divulgação dos dados, mas o tema deveria traduzir o que se pretendia tendo o Censo como
648 instrumento, sugerindo outro tema tendo o censo como base, citando os temas que deveriam ser
649 colocados. Que as deliberações da Conferência deveriam ser devolvidas nessas regionais à luz do
650 Censo, e teriam que aferir as metas aprovadas pelo Conselho Nacional, e com os municípios trazendo
651 as instâncias de controle social do Bolsa Família para o SUAS, colocando a equipe do Departamento,
652 da Coordenação de Apoio às Instâncias Deliberativas e de Pacto à Ação à disposição da Comissão para
653 colaborar com a análise e avaliação do pacto. A Conselheira Aldenora indicou o ponto 3, análise dos
654 dados do Censo SUAS, sendo que os Conselheiros da Comissão no dia anterior haviam saído com os
655 cadernos do Censo, tanto municipal, quanto estadual, do módulo Conselho, para analisar e escolher
656 os pontos a serem debatidos nas regionais, ressaltando, também, a importância da análise política e
657 qualitativa. Destacou a importância da colocação da Conselheira Simone sobre as instâncias de
658 controle do Programa Bolsa Família e que deveriam debater e aprofundar. Indicou à Conselheira
659 Margareth que nas reuniões regionais haviam sido aplicados os questionários debatidos no Pleno,
660 mas que não havia sido publicizado, o que era preciso trabalhar melhor após essas reuniões. A
661 Conselheira Simone dirigindo-se à Conselheira Aldenora informou que os Conselhos tinham todos os
662 dados, com várias informações sobre isso no Censo, o qual considerava como um grande balizador
663 para monitorar o Pacto aprovado pelo Conselho e as deliberações da Conferência. A Presidenta
664 informou que a avaliação das reuniões regionais havia sido matéria de avaliação e de pesquisa,
665 possibilitando chegar a um premiado do Mérito CNAS na edição *hors concours*. Que essa poderia ser
666 um modo de se ampliar a socialização dessa documentação, com a Conselheira Aldenora
667 referendando as colocações da Conselheira Simone, sendo que após os eventos a serem realizados
668 com os CEAS poderiam fechar o tema na reunião de abril. Em não havendo mais nenhuma
669 observação, a Presidenta considerou aprovado pelo Pleno os encaminhamentos colocados pela
670 Comissão. Com relação ao Caderno de Orientações CNAS, processo eleitoral dos representantes da
671 Sociedade Civil nos Conselhos, informou que não havia chegado à Secretaria-Executiva e nem à

672 Coordenação nenhuma contribuição dos senhores Conselheiros, tendo solicitado no Pleno de
673 fevereiro prazo para enviar as contribuições; A Conselheira Aldenora falou sobre os procedimentos
674 pelos quais o Caderno de Orientações havia passado, tendo iniciado em março de 2013 e passado por
675 outros trâmites, para o aprimoramento desse documento. Que de fevereiro até a presente data, não
676 haviam recebido nenhuma contribuição, mas que o mesmo já havia sido apresentado muitas vezes ao
677 Pleno, solicitando que o mesmo fosse aprovado após sua leitura. O Conselheiro Anderson indicou que
678 no documento faltava o CREAS POP, Centro de Referência da população em situação de rua. A
679 Conselheira Aldenora procedeu à leitura; *“Cadastro de Orientações CNAS. Processo eleitoral dos
680 representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social. APRESENTAÇÃO: Como é do
681 conhecimento dos(as) usuários(as), trabalhadores(as), conselheiros(as) e gestores(as) do Sistema
682 Único de Assistência Social - SUAS, a construção de um Sistema de Proteção Social; no Brasil, de
683 conteúdo democrático, universal e concretizador de direitos, concebe e abriga, em seu interior, o
684 Controle Social. O controle social abre ao(a) cidadão(ã) a possibilidade de participar, acompanhar e
685 avaliar as concepções e ações das políticas públicas, ensejando sua intervenção ativa e propositiva no
686 seu aprimoramento, na correção de suas rotas e estratégias, sempre visando o avanço de perspectivas
687 ético-políticas em prol de um patamar civilizatório superior no rumo de uma sociedade para todos(as).
688 O controle social assume diversificadas formas e conteúdos. No âmbito do SUAS, organiza-se
689 prioritariamente em formato de Conselhos, atuantes nas esferas nacional, estadual e municipal, dos
690 quais participam representantes da gestão estatal das políticas públicas e representantes da
691 sociedade civil. Com o objetivo de contribuir para melhores resultados nos processos de eleição dos
692 representantes da sociedade civil nos Conselhos em todo o território nacional, o Conselho Nacional de
693 Assistência Social (CNAS) apresenta esta publicação, cujo escopo é disponibilizar orientações sobre o
694 processo de eleição dos(as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social, de
695 modo a dar uma unidade nacional nesse processo de escolha, embora sempre aberto às
696 particularidades regionais e locais. Assim, este novo Caderno tematiza a eleição dos representantes da
697 sociedade civil nos conselhos, apresentando conceitos básicos, reunindo procedimentos necessários
698 para a realização desse processo, além de Resoluções do CNAS e outros documentos e instrumentos
699 norteadores, que regulamentam a participação dos três segmentos representantes da sociedade civil
700 nos espaços de controle social da Assistência Social. Sabe-se que a escolha dos (as) representantes da
701 Sociedade Civil nos Conselhos de Controle Social da Assistência Social não está imune da disputa que
702 ocorre em outras formas de eleição, mas o importante é que possamos definir onde queremos chegar
703 ao escolher os(as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos, considerando a necessidade de
704 que seja um(a) representante identificado(a) com os interesses da população usuária do Sistema, com
705 participação qualificada nos debates ali travados. O caderno trata, ainda, de elementos importantes
706 sobre o necessário protagonismo dos(as) usuários(as) da assistência social na implementação e
707 controle social dessa política, assim como as representações, também importantes, dos(as)
708 trabalhadores(as) e das entidades de Assistência Social no controle social do SUAS. As questões ora
709 apresentadas, presentes desde a formulação da LOAS, e sua atualização por meio da Lei nº
710 12.435/2011, encontram-se neste momento em condições para o necessário avanço, uma vez que são
711 pontos que efetivam a participação democrática no SUAS, trazendo questões que permeiam aspectos*

712 técnicos, políticos e éticos desta política de direitos. As orientações ancoram-se nas normativas e
713 legislações vigentes, assim como nas deliberações de conferências e debates nacionais já
714 consolidados. Há que se reconhecer que a garantia do direito à assistência social pela política pública
715 vem adquirindo maior visibilidade e legitimidade na sociedade, contribuindo na consolidação da
716 grande articulação que o SUAS anuncia e realiza no cotidiano das gestões e da população atendida em
717 todo o território nacional- Este debate sobre a participação e controle social requer o compromisso de
718 todos(as), pois os conselhos, assim como as próprias conferências, precisam ser exemplos de
719 participação dos sujeitos de direitos desta política. Conselho Nacional de Assistência Social. SIGLÁRIO:
720 BPC - Benefício de Prestação Continuada; CadÚnico - Cadastro Único; CAS - Conselho de Assistência
721 Social; CIT - Comissão Intergestores Tripartite; CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social; CRAS -
722 Centro de Referência em Assistência Social; CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência
723 Social; DF - Distrito Federal; FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social; LOAS - Lei Orgânica da
724 Assistência Social; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; NOB - Norma
725 Operacional Básica PAS - Plano de Assistência Social; PNAS - Política Nacional de Assistência Social;
726 PSB - Proteção Social Básica; SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único de
727 Assistência Social; SE - Secretaria-Executiva. 1. A SOCIEDADE CIVIL, A PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE
728 SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. O processo constituinte aprofundou a discussão sobre a questão
729 social no Brasil, sob a pressão dos movimentos sociais ao final da década de 70 e início dos anos 80,
730 propugnando a democratização do Estado e os mecanismos necessários para torná-lo público. A partir
731 da década de 80 o cenário político brasileiro tem se modificado, com a ampliação do processo de
732 democratização da sociedade. Após a queda do regime militar, várias formas de manifestações
733 começaram a surgir no seio da Sociedade Civil, que resultaram em uma participação política mais
734 efetiva e mais organizada, contribuindo significativamente para a ampliação dos espaços de
735 participação democrática. É com o retorno do exercício dos direitos civis e políticos que os Conselhos,
736 como esferas públicas, entram em cena na institucionalidade democrática, como mecanismos
737 institucionais de participação da Sociedade Civil organizada. A participação nos Conselhos, como
738 efetivação da democracia participativa, tem significado permanente de educação para a cidadania. A
739 sociedade conquista um espaço de corresponsabilidade na definição de leis e políticas garantidoras
740 dos seus direitos. O caráter deliberativo está assegurado no princípio da participação popular na
741 gestão pública, consagrado na Constituição de 1988. Seu sentido é a partilha do poder decisório e a
742 garantia de controle social das ações e políticas com fins da garantia de direitos conquistados.
743 Conselhos são espaços deliberativos e de controle social da coisa pública. No entanto, nem todas as
744 legislações ordinárias consideraram este aspecto ao definirem a criação e as competências dos
745 conselhos de direitos. A constituição de esferas públicas implica o fortalecimento dos diversos sujeitos
746 presentes em cena. De um lado, o Estado com suas instituições governamentais, recursos financeiros e
747 humanos e, de outro, a sociedade civil, com sua diversidade, heterogeneidade e capilaridade. Os(as)
748 Conselheiros(as) de assistência social são agentes públicos com poder de decisão sob os parâmetros
749 das legislações vigentes aplicáveis, para aprovação de planos, orçamentos e suas execuções com
750 recursos públicos, fiscalização e acompanhamento da política pública de assistência social. Uma de
751 suas principais atribuições é exercer o controle social da Política Pública de Assistência Social. Os

752 princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são
753 fundamentais para a gestão da coisa pública e devem orientar também a prática conselheira e a
754 afirmação de sua ética. Além de orientar-se por estes princípios, são necessárias algumas habilidades
755 básicas para o(a) conselheiro(a) desempenhar o seu papel. Capacidade de Representação e Decisão;
756 O(a) conselheiro(a) deve ter conhecimento sobre as políticas públicas de atenção à população -
757 particularmente suas limitações e desafios - e capacidade de propor soluções fundamentadas. Deve,
758 por meio de encontros e reuniões periódicas, manter-se sintonizado com as organizações da sociedade
759 civil, para que sua representatividade seja real e constantemente atualizada. Capacidade de expressar
760 e defender propostas O(a) conselheiro(a) pode representar uma entidade ou organização da
761 sociedade civil. Deve ser capaz de expressar e defender as prioridades eleitas por amplos setores
762 sociais e a posição dos(as) representados(as). É importante definir com seus(suas) representados(as)
763 mecanismos de consulta e diálogo (reuniões, encontros, assembleias, estudos, pesquisas e outros)
764 para não distanciar o(a) representante do(a) representado(a) e este(a) poder se alimentar
765 constantemente do resultado do debate sobre as questões regionais, distrital, estaduais e municipais.
766 A definição das prioridades é construção social que o(a) representante deve considerar e garantir para
767 manter-se na condição de representante. Capacidade de negociação; Deve estar disposto(a) e
768 preparado(a) para ouvir as ideias e sugestões dos(as) representados(as) e dos(as) conselheiros(as)
769 governamentais e ao mesmo tempo colocar, serenamente, as ideias e interesses de seus(suas)
770 representados(as). É fundamental que, sem perder de vista as prioridades que defende, esse(a)
771 conselheiro(a) não caia no jogo fácil e pouco eficaz de gerar conflitos insolúveis. É preciso saber
772 convencer e negociar soluções, onde cada partícipe pode abrir mão de algumas posições em nome do
773 CONSENSO. Para que a negociação seja favorável às partes é necessário que o(a) representante da
774 sociedade tenha a confiança dos(as) seus(suas) representados(as), tenha conhecimento e argumento,
775 sabendo dialogar e construir consensos para encontrar caminhos que avancem na política pública.
776 Transparência e disponibilidade para informar Sociedade civil e governo devem trocar informações
777 fidedignas e transparentes. Representantes da Sociedade Civil devem manter com suas organizações
778 um intercâmbio constante de informações, jamais esquecendo que está a serviço da comunidade,
779 devendo mantê-la informada. 2. A PARTICIPAÇÃO DOS(AS) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
780 NOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É verdade que temos presenciado, nos últimos anos, no
781 Brasil, o avanço de práticas participativas, onde a sociedade organizada busca garantir seus direitos
782 por meio de sua inserção nos diversos segmentos dos conselhos de políticas e de direitos. No que se
783 refere aos Conselhos de Assistência Social (CAS), é sabido que estes espaços têm sido fundamentais
784 para consolidação da participação social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no
785 Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como também para reprodução e fortalecimento da
786 cidadania. Nesses fóruns a população tem a expectativa de que possa viabilizar reivindicações, lutar
787 pela efetivação de direitos e, em conjunto com o governo local, corresponsabilizar-se pela gestão da
788 Proteção Social no Brasil. Por meio de uma representação democrática e comprometida é possível
789 estabelecer mudanças para transformar a realidade vivenciada por diversos segmentos sociais. A
790 escolha dos(as) representantes da sociedade civil, para ser democrática, deve ser realizada por
791 intermédio de eleição. A eleição contribui para que a inserção dos(as) representantes da sociedade

792 civil nos conselhos seja assegurada e definida de forma democrática, além do que favorece o
793 comprometimento dos(as) conselheiros(as), já que estes(as) representam diversos segmentos sociais.
794 A interlocução entre conselheiros(as), segmentos representados e poder público deve ser permanente,
795 com diálogo e trocas de conhecimentos, a fim de proporcionar legitimidade às decisões. Os(as)
796 conselheiros(as) devem refletir sobre a prática desenvolvida nesses espaços. A ideia é que se
797 estabeleça uma renovação contínua dessas práticas contextualizando-as na história, acompanhando o
798 avanço da consciência dos direitos, e que haja o despertar para uma participação efetiva, com
799 discussões conscientes e críticas, transparência nas decisões e posicionamento democrático,
800 conduzindo os(as) conselheiros(as) ao exercício do fortalecimento da cidadania. A participação de
801 representantes da Sociedade Civil pode contribuir para o amplo processo de controle social, que não
802 se esgota nos Conselhos, mas envolve outros organismos, sindicatos, associações e instituições, em
803 âmbito público e privado. O exercício do controle social pressupõe a existência de uma Sociedade Civil
804 organizada, mobilizada, representativa e politicamente estimulada para a valorização do interesse
805 público e de governantes democráticos que valorizem o diálogo com a sociedade civil e que revelem
806 disposição para partilhar decisões com a sociedade. O Controle Social possui três importantes
807 dimensões: 1. A dimensão política que se relaciona à mobilização da sociedade para influenciar a
808 agenda governamental e indicar prioridades; -2. A - dimensão técnica que diz respeito à gestão de
809 recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse
810 trabalho na vida dos destinatários; 3. A dimensão ética que trata da construção de novos valores e de
811 novas referências, fundadas nos ideais de solidariedade, igualdade e de justiça social. Essa dimensão
812 está comprometida com a construção de uma sociedade voltada para o "atendimento das
813 necessidades sociais que devem prevalecer sobre exigências da rentabilidade econômica", como
814 dispõe a LOAS (art. 49). A participação e o controle social são mecanismos de democratização dos
815 direitos civis e políticos. Nesse sentido, o termo controle social está intrinsecamente articulado à
816 democracia representativa, que assegura mecanismos de participação da sociedade na formulação,
817 deliberação e fiscalização das políticas públicas. O Conselho enseja participação social, assim como é
818 um dos mecanismos conquistados para esse exercício. Uma sociedade educada, politizada, consciente
819 de seus direitos, não só tem uma atuação qualificada na vida pública como produz uma representação
820 qualificada. Quanto aos(as) conselheiros(as) da Sociedade Civil, espera-se que sejam capazes de trazer
821 as contribuições de seus segmentos em favor da política pública, alimentadas também pelos debates e
822 discussões próprias da Sociedade Civil, em fóruns, em movimentos sociais etc. A conduta do(a)
823 conselheiro(a) deve pautar-se nos princípios éticos fundamentais, entre os quais o reconhecimento e a
824 defesa: da democracia, do Estado democrático de direito, da cidadania, da justiça, da equidade e da
825 paz social; dos direitos humanos, da liberdade e da autonomia de todos os indivíduos; da garantia dos
826 direitos civis, políticos e sociais a toda população brasileira; da distribuição de renda e da
827 universalidade de acesso às políticas sociais; da organização e participação de todos os segmentos
828 sociais, em especial, os(as) usuários(as) da Política de Assistência Social; da diversidade social, de raça
829 e etnia, gênero, geracional, orientação sexual e de deficiências e, conseqüentemente, o combate à
830 toda forma de preconceito; da gestão democrática e controle social das políticas sociais. 3.PROCESSO
831 DE ELEIÇÃO: O processo eleitoral inicia-se com a aprovação em plenária da resolução que dispõe sobre

832 a eleição da representação da Sociedade Civil no Conselho de Assistência Social. Em relação à
833 Sociedade Civil, o processo de eleição está pautado no art. 11 da Resolução CNAS nº 237/2006, que
834 dispõe que os representantes da sociedade civil sejam eleitos em assembleia instalada
835 especificamente para esse fim. Esse processo de eleição da representação da sociedade civil deve ser
836 coordenado pela sociedade civil, garantindo a ampla participação de toda a sociedade, principalmente
837 dos(as) usuários(as) da Política e sob a supervisão do Ministério Público. O processo de eleição da
838 sociedade civil deve acontecer necessariamente em foro próprio. No que diz respeito à composição da
839 representação da sociedade civil no CNAS, o inciso II do §1- do artigo 17 da LOAS, afirma o seguinte
840 critério: 09 (nove) representantes da Sociedade Civil, dentre representantes dos usuárias ou de
841 organizações de usuários, das entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do
842 setor, escolhidos em foro próprio sob .fiscalização do Ministério Público Federal. É na Lei de criação do
843 Conselho de Assistência Social que é definido o número de conselheiros (as) que deverão compor o
844 Conselho, entre titulares e suplentes, garantindo a paridade entre representantes da Sociedade Civil e
845 governo. Da mesma forma é importante garantir que, na representação da Sociedade Civil, os três
846 segmentos estejam distribuídos em igual número. Na impossibilidade de paridade entre os três
847 segmentos, os demais podem suprir a vacância com prioridade de usuários e organizações de
848 usuários. Importante lembrar que tal situação deve estar prevista no regimento interno da eleição.
849 3.1. Comissão Eleitoral. São os(as) representantes da sociedade civil que conduzirão o processo,
850 preferencialmente dos três segmentos que compõem ou comporão o conselho. 3.2. Regulamento geral
851 do pleito. Este regulamento deve conter todas as informações necessárias à inscrição, participação,
852 prazos, documentação, instruções para candidatos(as) e eleitores(as) e demais normativas necessárias
853 à perfeita conclusão do processo eleitoral. 3.3. Divulgação do processo eleitoral. Os atos do Conselho
854 devem ser divulgados de modo que o público tenha conhecimento de suas atividades. Por esta razão é
855 importante que as suas deliberações e atos sejam publicadas no Diário Oficial e/ou em jornal de
856 grande circulação. Como estratégia para garantir a participação popular no processo eleitoral, e
857 visando um amplo debate sobre a Política de Assistência Social no Município, no Estado e no Distrito
858 Federal e a composição dos representantes da sociedade civil nos conselhos, é importante divulgar os
859 eventos de mobilização nos meios de comunicação disponíveis, tais como rádio, jornais locais, carro de
860 som, faixas, cartazes, internet e avisos nos locais de uso público. É fundamental encaminhar convite às
861 entidades de Assistência Social que atuam no município, às organizações dos(as) usuários(as) e de
862 trabalhadores(as) da área, aos órgãos gestores das demais políticas públicas, bem como aos
863 representantes da Câmara de Vereadores, do Ministério Público, do Poder Judiciário, dentre outras
864 autoridades locais. Este convite deve ser acompanhado de sensível e intensa persuasão política, de
865 forma que seja assegurada (a maior e mais qualificada) presença de todos os segmentos envolvidos
866 com a área. O convite também deve ser enviado às famílias cadastradas no CADÚNICO e no Cadastro
867 do Benefício de Prestação Continuada (BPC). É prioritário assim que, para a participação no processo
868 de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos, sejam construídas estratégias para
869 participação dos(as) usuários(as), sem muitas restrições nas normas aprovadas nos Regimentos
870 Internos. 3.4. Assembleia de eleição. Para esta assembleia deve ser proposto um Regimento Interno,
871 que deve ser apreciado e aprovado pelos(as) participantes desta assembleia que tem direito a voto.

872 Para a apresentação e leitura deste regimento indicamos um rito de condução dos trabalhos até este
873 momento. Trata-se de anúncio das regras para aprovação da proposta de Regimento Interno da
874 Assembleia de Eleição dos(as) representantes da Sociedade Civil no Conselho. A assembleia deve
875 oportunizar a apresentação dos(as) candidatos(as) às vagas de conselheiros(as) de forma a tornar
876 este processo cada vez mais democrático, participativo e transparente. Neste momento é oportuno
877 lembrar, conforme deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, sobre a assembleia
878 específica e exclusiva, em foro próprio, para realização plena do processo eleitoral. 3.5 Ata de
879 Assembleia. Na assembleia será lavrada em ata, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e
880 deliberações. Concluída a apuração dos votos, a Mesa Coordenadora lavrará a ata e proclamará
881 os(as) eleitos(as). A ata aprovada, contendo o resultado da eleição, registrando inclusive a presença
882 do Ministério Público no acompanhamento do processo, será assinada pelos componentes da Mesa
883 Coordenadora e encaminhada à Presidência do Conselho para publicação no Diário Oficial. Na ata
884 deve constar a data da assembleia e pauta publicada e/ou divulgada pelo Conselho; candidatos(as)
885 participantes, assim como os(as) votantes presentes; e o teor integral das matérias tratadas na
886 assembleia que deve estar disponível na Secretaria Executiva para consulta a quem solicitar. As
887 emendas e correções à ata deverão obedecer ao que está definido no Regimento Interno da
888 assembleia. Sugere-se que essas sejam lidas para a apreciação e aprovação da assembleia. Uma via
889 da ata deve ser encaminhada ao órgão Gestor responsável pela nomeação dos(as) Conselheiros(as) de
890 Assistência Social, visando providências para a posse dos(as) representantes da Sociedade Civil no
891 Conselho para a Gestão que iniciará. Lembramos o cumprimento dos prazos considerando que os
892 conselhos são permanentes. 4. COMO SÃO ELEITOS(AS) OS(AS) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
893 NOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O art. 11 da Resolução CNAS nº 237/2006 dispõe que os
894 representantes da Sociedade Civil sejam eleitos(as) em assembleia instalada especificamente para
895 esse fim, sobre a qual deverá ser dada ampla divulgação como: data, horário e local em que o evento
896 ocorrerá; regras para inscrição, votação e escolha dos(as) candidatos(as), apuração dos votos e
897 divulgação do resultado. Como instrumentos de regulação para o processo de escolha dos(as)
898 representantes da sociedade civil nos conselhos têm-se as seguintes legislações: Lei Orgânica da
899 Assistência Social - Lei nº 8.742/1993; Resolução CNAS nº 23/2006, que dispõe sobre o entendimento
900 acerca de trabalhadores do setor; Resolução CNAS nº 24/2006, que dispõe sobre representantes de
901 usuários e de organizações de usuários da assistência social; Resolução CNAS nº 269/2006, que aprova
902 a NOB-RH/SUAS 2006; Decreto nº 6.308/2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de
903 Assistência Social que trata o artigo 39 da LOAS; Resolução CNAS nº 109/2009, que define a
904 Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; Resolução CNAS nº 16/2010 que define parâmetros
905 nacionais para a inscrição das entidades de Assistência Social; Lei nº 12.435/2011 que altera a LOAS
906 que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Sugere-se o(a) técnico(a) responsável pela
907 Secretaria-Executiva do conselho elaborar a minuta de ata, que passará pela apreciação da Mesa
908 Coordenadora da Assembleia e, após a aprovação da assembleia, esta deverá ser assinada pelos
909 componentes da Mesa. Um(a) conselheiro(a) também poderá ser designado(a) para esta tarefa.
910 Resolução CNAS nº 17/2011 que ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS 2006 e
911 reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços

912 socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS; Resolução CNAS nº 27/2011 que
913 caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência
914 Social; Resolução CNAS nº 33/2011 que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no
915 campo da assistência social e estabelece seus requisitos; Resolução CNAS nº 34/2011 que define a
916 Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida
917 comunitária no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos; Resolução CNAS nº 33/2012,
918 que aprova a NOB SUAS 2012. Para este processo, os Conselhos devem estar em conformidade com a
919 sua lei de criação e Regimento Interno. 5.1. Organizações de usuários(as) e representantes de
920 usuários(as): Segundo a Resolução CNAS nº 24/2006, as organizações de usuários(as) devem garantir
921 estatutariamente a participação desses(as) em seus órgãos diretivos e decisórios. A participação, a
922 que se refere a citada Resolução, refere-se a poder decisório, ou seja, com direito a voz e voto junto às
923 instâncias de decisão da organização. Para os representantes de usuários, a Resolução CNAS nº
924 24/2006 define como sendo pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos e benefícios
925 socioassistenciais, organizadas sob diversas formas, em grupos que tenham como objetivo a luta por
926 direitos. A Resolução CNAS nº 24/2006 representa importante avanço para ampliar a participação
927 dos(as) usuários(as), pois permite que estes(as) sejam representados por grupos de usuários(as)
928 vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social nos municípios e
929 estados e não apenas por associações formalmente constituídas. Resolução nº 27/2011 caracteriza as
930 ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, que
931 compõem o conjunto das ofertas e atenções da política pública de Assistência Social articuladas à rede
932 socioassistencial, por possibilitarem a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da
933 cidadania ativa, no campo socioassistencial, e a criação de espaços para a defesa dos direitos
934 socioassistenciais, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do(a)
935 usuário(a). 5.2. Entidades e Organizações de Assistência Social: Conforme o artigo 39 da LOAS,
936 consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada
937 ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta
938 Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos (redação dada pela Lei nº 12.435/2011).
939 Ressaltamos que a Resolução CNAS nº 16/2010, no inciso IV do artigo 79, trata dos critérios para a
940 inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas,
941 projetos e benefícios socioassistenciais, sendo que um dos critérios é "garantir a existência de
942 processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou
943 organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios
944 socioassistenciais". Conforme deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, no
945 subtema 3-fortalecimento da participação e do controle social, foi deliberado que as entidades e
946 organizações de Assistência Social, conforme definidas na LOAS e Resoluções do CNAS, integrantes da
947 rede socioassistencial, inscritas nos Conselhos Municipais ou do Distrito Federal, tenham ampla
948 legitimidade para comporem os Conselhos de Assistência Social. O Decreto nº 6.308/2007 dispõe
949 sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 39 da LOAS e define que
950 são características essenciais dessas: I. Realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de
951 direitos na área da assistência social; II. Garantir a universalidade do atendimento, independente de

952 *contraprestação do usuário, e; III. Ter finalidade pública e transparência nas suas ações. São*
953 *características das entidades e organizações de assistência social, conforme art. 3) da LOAS:*
954 *Atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços,*
955 *executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial,*
956 *dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos*
957 *desta lei e, respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 da LOAS;*
958 *(Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009); Assessoramento: aquelas que, de forma*
959 *continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados*
960 *prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários,*
961 *formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos*
962 *desta lei, e respeitadas às deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 da LOAS*
963 *(Resolução CNAS nº 27/2011). Defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada,*
964 *permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados*
965 *prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos*
966 *direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos*
967 *públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos desta*
968 *lei, e respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 da LOAS (Resolução*
969 *CNAS nº 27/2011).* 5.3. *Representantes dos(as) Trabalhadores(as) da área. A Resolução CNAS nº*
970 *23/2006 regulamenta o entendimento acerca de trabalhadores(as) do setor. Essa Resolução*
971 *estabelece como legítima todas as formas de organização de trabalhadores(as) como associações de*
972 *trabalhadores(as), sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de*
973 *profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos*
974 *trabalhadores(as) que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme a Lei*
975 *Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional da Assistência Social -PNAS/2004 e Norma*
976 *Operacional Básica do SUAS - NOB SUAS 2012 e NOB-RH/SUAS 2006. São critérios para definir as*
977 *organizações representativas dos(as) trabalhadores(as) da Assistência Social: I. Ter em sua base de*
978 *representação segmentos de trabalhadores(as) que atuam na Política Pública de Assistência Social; II.*
979 *Defender direitos dos segmentos de trabalhadores(as) na Política de Assistência Social; III. Propor-se a*
980 *defesa dos direitos sociais dos(as) cidadãos(ãs) e dos(as) usuários(as) da Assistência Social; IV. Ter*
981 *formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho federal de*
982 *profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores(as) legalmente constituída; V. Não ser*
983 *representação patronal ou empresarial. 6. MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS(AS)*
984 *REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL. O processo de mobilização é de suma importância no*
985 *processo de eleição da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social. É necessária vontade*
986 *política dos(as) conselheiros(as) e gestores(as) para entender a importância da participação da*
987 *sociedade organizada, e compreender a necessidade de fortalecer os conselhos por meio da*
988 *participação ativa e qualitativa. Aos conselhos de municípios que não tem atuação de entidades de*
989 *assistência social, recomendamos que estas vagas sejam ocupadas preferencialmente por*
990 *organizações de usuários(as) e/ou representantes dos(as) usuários(as). Esta é uma prerrogativa que*
991 *deve constar na Lei de Criação dos Conselhos, bem como no Regimento Interno dos Conselhos: Com o*

992 objetivo de garantir e qualificar, ainda mais, a participação popular e, principalmente, a presença dos
993 representantes de usuários(as) ou de organizações de usuários(as) da Assistência Social nas
994 conferências e nos conselhos é fundamental desencadear um movimento de mobilização nos
995 municípios, estados e Distrito Federal, particularmente dos(as) usuários(as) dos serviços, programas,
996 projetos e benefícios socioassistenciais, para que estes(as) sejam protagonistas nas decisões tomadas
997 nos espaços de deliberações. A Resolução CNAS nº 24/2006, em seu art. 19, define os(as) usuários(as)
998 como sujeitos de direitos, e público da PNAS e que, portanto, os representantes de usuários(as) ou de
999 organizações de usuários(as) são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação.
1000 Os(as) representantes de entidades de Assistência Social, usuários(as) e trabalhadores(as) dessa área
1001 têm acesso diferenciado às informações. Para que todos(as) possam se articular e se preparar
1002 igualmente para as discussões, o processo de mobilização deve levar em conta a capacitação dos(as)
1003 participantes, que tem o objetivo de nivelar conhecimentos e informações por meio de debates e
1004 relatos de experiências. O acesso à informação e aos processos de mobilização e estratégias são
1005 também diferenciados nas instâncias municipais, estaduais e nacional. Por isso é de fundamental
1006 importância o fluxo permanente dessas informações entre essas instâncias. Os conselhos, sendo
1007 espaços de participação direta nas deliberações do SUAS, devem envidar esforços para alcançarem a
1008 efetiva mobilização da Sociedade Civil no que diz respeito à participação não só nos conselhos como
1009 nos demais espaços de controle social do SUAS. É preciso compreender a mobilização como um
1010 processo educativo que promove a participação e, cada vez mais, gera um movimento que envolve a
1011 quantidade e a pluralidade de pessoas organizadas em torno de um objetivo comum: fortalecerão
1012 Sistema Único da Assistência Social. A participação nos Conselhos também deve ser fortalecida e
1013 avaliada permanentemente, como caminho para o avanço participativo e democrático de seu
1014 conteúdo e forma. Só a prática da representação e da participação possibilitarão novas descobertas,
1015 novos aportes, para futuros avanços no campo democrático. Esse movimento traduz o
1016 reconhecimento de que cabe aos(as) usuários(as) apresentarem e discutirem os problemas que
1017 vivenciam para, a partir daí, encontrarmos as melhores propostas para o aperfeiçoamento das ações
1018 do SUAS, desde o território, onde se encontram instalados os Centros de Referência da Assistência
1019 Social - CRAS, Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS e entidades da rede
1020 socioassistencial, passando pelas cidades, pelos Estados, Distrito Federal até o nível federal. É
1021 importante que a população se aproprie dos instrumentos já disponíveis que integram os Sistemas
1022 responsáveis pelas políticas públicas e exercitem o controle social, ainda que de forma representativa.
1023 A participação nos Conselhos, já iniciadas em vários âmbitos das políticas públicas, deve ser
1024 fortalecida e avaliada permanentemente, como caminho para o avanço democrático de seu conteúdo
1025 e forma. 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS. Sendo os conselhos espaços de manifestações de interesses
1026 coletivos da Sociedade Civil, é de grande importância que os mesmos sejam constituídos como canais
1027 de representação dos interesses do(a) cidadão(ã), especialmente dos(as) usuários(as) aos quais se
1028 destinam as políticas de Assistência Social, fortalecendo a democracia e o avanço dos direitos
1029 humanos e sociais. Também é de suma importância a representatividade da Sociedade Civil no âmbito
1030 da PNAS e do SUAS, no sentido do diálogo, da troca de informações, do real atendimento das
1031 necessidades da população mais exposta aos riscos, vulnerabilidades e danos sociais decorrentes de

1032 *uma sociedade desigual. Para que o processo democrático avance, é necessária a qualificação dos*
1033 *representantes e da sociedade civil nas suas intervenções. Uma sociedade educada, politizada,*
1034 *consciente de seus direitos, não só tem uma atuação qualificada na vida pública como produz uma*
1035 *representação significativa. A conjuntura desafiante exige do governo e da sociedade civil constante*
1036 *revisão, debate e aprofundamento dos instrumentos conceituais e técnicos, na perspectiva de*
1037 *respostas- seguras às demandas postas. Hoje a sociedade clama por ética e transparência,*
1038 *principalmente no parlamento. O(a) cidadão(ã) está mais consciente e exigente no que diz respeito a*
1039 *garantia dos seus direitos.”* O Conselheiro José Crus indicou a inclusão do Distrito Federal no terceiro
1040 parágrafo. A Presidenta esclareceu ao Conselheiro Anderson que a questão sobre sigla do Centro POP
1041 estava resolvida. No item 1º o Conselheiro José Crus solicitou substituir “coisa pública” por esfera ou
1042 gestão pública, o que foi acatado. A Conselheira Maria Aparecida no item 3 sugeriu alterar o segundo
1043 parágrafo e colocar 18 representantes da Sociedade Civil, sendo nove titulares e nove suplentes,
1044 esclarecendo sua proposta. A Presidenta sugeriu colocar “Considerando que são nove Conselheiros,
1045 titulares, e nove Conselheiros suplentes.”, por não poder alterar a lei. Após algumas observações
1046 sobre a questão, a Conselheira Leila indicou o texto no item 3, “*Na impossibilidade de paridade entre*
1047 *os três seguimentos os demais podem suprir a vacância com prioridade de usuários e organizações de*
1048 *usuários. Importante lembrar que tal situação deve estar prevista no Regimento Interno da eleição.”*,
1049 indagando se o Regimento tinha competência para mudar a composição que estava na LOAS e na lei
1050 de criação do Conselho. A Conselheira Simone, esclarecendo a questão, sugeriu colocar a observação
1051 da Conselheira Leila e fazer uma avaliação na Comissão, na Coordenação de Regulação do SUAS ou na
1052 CONJUR. A Conselheira Aldenora falou sobre a situação, defendendo o texto colocado, considerando
1053 que a paridade deveria ser respeitada, ao que o Conselheiro José Crus, concordando com sua
1054 colocação, sugeriu incluir os trabalhadores, que estavam em todo o território. O Conselheiro
1055 Anderson concordou com a Conselheira Aldenora, mas tendo que garantir a participação do usuário.
1056 A Conselheira Simone indicou que a orientação estava correta, sendo para a lei e não para o
1057 Regimento. O Conselheiro Thiago, falando sobre a questão, ponderou que o Regimento não podia
1058 fazer essa alteração, sugerindo retirar a frase “*Importante lembrar que tal situação deve estar*
1059 *prevista no regimento na eleição.”* ou colocar: “*Fazer alteração...*” Lembrou que essa situação deveria
1060 estar prevista na Lei que havia instituído o Conselho, com o Regimento não podendo fazer essa
1061 alteração. A Conselheira Solange sugeriu colocar CadÚnico e não por extenso. A Conselheira Dóris
1062 ponderou que o Regimento não estava alterando a Lei, apenas regulando, mas se a Lei não trouxesse
1063 nada sobre a questão, não via motivos para que o mesmo não tratasse do assunto. A Conselheira
1064 Aldenora quanto à sugestão de retirada do item, proposta pelo Conselheiro Thiago, observou que a
1065 cada eleição o regimento mudava as regras e que se a questão não estivesse na Lei, podia ser
1066 garantida. A Conselheira Simone entendia que o texto se referia à Lei, sendo na de criação do
1067 Conselho que era definido o número de Conselheiros, com isso devendo constar no Regimento
1068 Interno, não vendo nenhuma dissonância, com o Conselheiro Thiago ressaltando que a situação
1069 deveria estar prevista no Regimento Interno da eleição, caso não houvesse previsão legal. A
1070 Presidenta ressaltou que se estivesse na Lei não era preciso constar no Regimento, com a redação
1071 conciliando essa questão. No item 3.3, a Conselheira Dóris destacou o último parágrafo, solicitando

1072 tirar “sem muitas restrições”, sendo sugerida a redação: *“Para participação dos usuários nas normas*
1073 *aprovadas pelo Regimento Interno.”* No item 3.4., no último parágrafo, a Conselheira Maria Aparecida
1074 falou sobre o debate realizado sobre a realização do Fórum na Conferência e que poderia confundir,
1075 com a concordância da Conselheira Aldenora. A Conselheira Maria Aparecida, para não causar
1076 confusão, sugeriu retirar o parágrafo. de três linhas. A Conselheira Leila sugeriu deixar mais claro que
1077 esse Fórum próprio não era é o espaço da Conferência, o que deveria ser esclarecido. O Conselheiro
1078 Anderson, ponderando ser uma deliberação da Conferência, manifestou que deveria ser mantido, ao
1079 que o Conselheiro Edivaldo esclareceu que o Artigo 17 da LOAS já falava que era em Fórum, sugerindo
1080 colocar *“Oportunizar a participação dos Conselheiros em processo cada vez mais democrático,*
1081 *passivo e transparente, em Fórum próprio, conforme preconiza o inciso II do Artigo 17 da Lei Orgânica*
1082 *de Assistência Social. A Conselheira Leila propôs que se colocasse que não seria em espaço da*
1083 *Conferência, mas em Fórum próprio. A Conselheira Maria Aparecida ressaltou que a questão já*
1084 *constava no documento, não sendo conveniente retomar o assunto, ao que o Conselheiro Anderson*
1085 *manifestou-se contrário, com a questão devendo constar, esclarecendo sua posição. A Presidenta*
1086 *indicou o texto: “Nesse momento é oportuno lembrar, conforme deliberação da VIII Conferência*
1087 *Nacional sobre a assembleia específica e exclusiva em Fórum próprio para realização plena do*
1088 *processo eleitoral.”* Que o texto já contemplava a deliberação na Conferência Nacional,
1089 encaminhando a questão para discussão. A Conselheira Jane observou que a deliberação era que esse
1090 Fórum não seria dentro da Conferência, mas sim em outro espaço, com a Conselheira Simone
1091 concordando com essa colocação. A Conselheira Maria das Graças sugeriu, após o item 3.4. a redação:
1092 *“Em cumprimento à deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social a escolha ou a*
1093 *eleição dos representantes da Sociedade Civil deverá ser efetivada em assembleia específica e*
1094 *exclusiva, com Fórum próprio para a conclusão ou efetivação do pleno processo eleitoral.”* O
1095 Conselheiro Edivaldo reiterou o que havia sido ratificado na Conferência, reiterando a sua proposta
1096 de redação de ser em Fórum próprio, conforme a LOAS. A Conselheira Maria Aparecida esclareceu sua
1097 colocação anterior, indagando à Conselheira Leila se sua proposta era manter o parágrafo, que
1098 questionou o porquê de não se colocar o que havia sido deliberado na Conferência. Após mais
1099 algumas colocações sobre a questão, a Conselheira Jane sugeriu a redação: *“Nesse momento é*
1100 *oportuno lembrar que o processo eleitoral deverá ser realizado em assembleia específica e exclusiva*
1101 *em Fórum Próprio, e que segundo deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social esse*
1102 *processo não deverá ser no espaço das conferências.”* No item 4, a Conselheira Aldenora indicou a
1103 sugestão do Conselheiro José Crus, de retirar o último ponto, cujo teor seria acrescentado no primeiro
1104 ponto, o que foi acatado. No item 5.1, a Conselheira Aldenora indicou a proposta do Conselheiro José
1105 Crus no 4º parágrafo, do 4.1, sugerindo que no texto onde estivesse estados e municípios se colocasse
1106 também o DF. No item 6, que passava a ser 5, o Conselheiro Anderson retomou a necessidade de
1107 colocar, assim como CRAS e CREAS, os Centros POP no siglário, esclarecendo sua proposta. Em não
1108 havendo mais nenhuma colocação, a Presidenta considerou aprovado pelo Pleno o Caderno de
1109 Orientações. A Conselheira Aldenora agradece a contribuição de todos, destacando o trabalho
1110 realizado pela Conselheira Margareth. **Item Pauta de Abril e proposta da pauta de maio.** O
1111 Conselheiro José Crus indagou sobre a realização da Reunião Descentralizada e Ampliada, com a

1112 Conselheira Aldenora esclarecendo que o evento estava contemplado no Plano de Ação e do Plano de
1113 Ação da Comissão de Financiamento, previsto o primeiro semestre, sendo preciso cumprir essa
1114 agenda. O Conselheiro Anderson ressaltou que a Comissão de Financiamento precisava dessa pauta,
1115 sendo necessário um tempo maior para poder levar um documento para a Reunião Descentralizada,
1116 considerando a importância do mesmo para os Conselhos Municipais e Estaduais. A Presidenta
1117 considerou aprovado o Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos pelo Pleno. **Item**
1118 **Relato da Presidência Ampliada**, pela Presidenta: *“Memória da reunião da Presidência Ampliada,*
1119 *março de 2014. Reunião 002/2014, de 10 de março de 2014, das 17h às 20h. Conselheiros integrantes*
1120 *da Presidência Ampliada: Luziele Tapajós - Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social; Leila*
1121 *Pizzato - Vice- presidente do Conselho Nacional de Assistência Social; Marisa Rodrigues -*
1122 *Coordenadora Adjunta da Comissão de Normas da Assistência Social; José Ferreira Crus - Coordenador*
1123 *da Comissão de Política da Assistência Social; Margareth Dallaruvera - Coordenadora da Comissão de*
1124 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Anderson Miranda - Coordenador Adjunto da*
1125 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Aldenora Gomes Gonzáles -*
1126 *Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; Secretaria*
1127 *Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Maria do Socorro Cruz Thais Pereira Braga.*
1128 *CONGEMAS informa as datas de realização dos Encontros Regionais e Nacional. 1.2 O CONGEMAS*
1129 *enviou, com atraso, Ofício nº 023/2014 informando as datas dos Encontros Regionais e XVI Encontro*
1130 *Nacional do CONGEMAS, cujo tema central será "Avaliando o SUAS: Um olhar sobre a gestão*
1131 *compartilhada dos entes federados". Encontro Regional Sudeste: 11 e 12 de fevereiro de 2014 - São*
1132 *Paulo/SP. A presidenta Luziele Tapajós esteve presente no Encontro Regional Sudeste. Encontro*
1133 *Regional Norte: 20 e 21 de fevereiro de 2014 - Macapá/AP. A conselheira Aldenora González*
1134 *representou o CNAS no referido encontro. Encontro Regional Nordeste: 13 e 14 de março de 2014 -*
1135 *Ilhéus/BA. A conselheira Maria Lucia Marquim representará o CNAS no referido encontro. Encontro*
1136 *Regional Sul: 27 e 28 de março de 2014 - Porto Alegre/RS. A conselheira Luziele Tapajós representará*
1137 *o CNAS no referido encontro. XVI Encontro Nacional do CONGEMAS: 28 a 30 de abril de 2014 -*
1138 *Cuiabá/MT. A conselheira Luziele Tapajós representará o CNAS no referido encontro. Convite para*
1139 *participar de reunião do CEAS/SP; 2.1 O Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo enviou*
1140 *por meio eletrônico p ofício nº016/2014 solicitando a indicação de 01 representante da Comissão de*
1141 *Acompanhamento aos Benefícios Eventuais e Transferência de Renda, desse CNAS, para participar da*
1142 *Reunião do Conselho Estadual, no dia 14 de abril de 2014, objetivando dirimir dúvidas acerca da*
1143 *regulamentação dos Benefícios Eventuais. A presidência ampliada recomenda: Solicitar*
1144 *esclarecimentos sobre a pauta de discussão junto ao CEAS/SP, para apresentação na Comissão de*
1145 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e se for o caso, a presidência ampliada*
1146 *indica a Conselheira Léa Braga para representar o CNAS no evento. 3. Informação sobre demanda*
1147 *judicial recebida nos CRAS/CREAS. 3.1 O senhor Alysso Alves Psicólogo Orientador Fiscal de*
1148 *Pernambuco enviou e-mail para o CNAS solicitando informação quanto ao posicionamento do CNAS*
1149 *frente às demandas que as equipes dos CRAS/CREAS vem recebendo do poder judiciário para fazer*
1150 *parecer psicossocial para adoção e solicita orientações técnica sobre o assunto e informações sobre a*
1151 *existência de alguma normativa sobre o assunto. A presidência ampliada recomenda: Encaminhar a*

1152 *solicitação para Secretaria Nacional de Assistência Social para manifestação sobre o assunto. 4.*
1153 *Indicação para representar o CNAS na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD. A*
1154 *presidência ampliada recomenda as seguintes indicações: Titular: Representação da SAGI (a*
1155 *confirmar) Suplente: Conselheiro Ademar Bertucci (a confirmar); 5. Ofícios recebidos e demandas;*
1156 *Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Ofício nº 114/2013 comunicando a instauração de*
1157 *Processo Administrativo no Núcleo Especializado da Infância e Juventude, quanto à atuação da Juíza*
1158 *da Vara da Infância e juventude, do Fórum Central da Capital do Estado de São Paulo, que segundo a*
1159 *Defensoria a magistrada estaria impedindo o acesso da Defensoria Pública do estado aos serviços de*
1160 *acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Informa que foram expedidos ofícios à Juíza e à*
1161 *Secretaria da Assistência Social de São Paulo/SP, concluindo que a decisão da referida Juíza viola*
1162 *prerrogativas da Defensoria Pública. Ofício Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.*
1163 *Ofício nº 211/2013 informa que com a aprovação da Lei nº 12.868/2013 várias dúvidas surgiram em*
1164 *como analisar os recursos de decisão que são submetidos à Comissão de Normas e Regulamentação*
1165 *daquele conselho. Solicita ao CNAS orientações a partir dessa nova Lei, inclusive se a Resolução CNAS*
1166 *nº 16 sofrerá alterações. A Presidência Ampliada recomenda: Solicitar ao CEAS/SC maiores*
1167 *esclarecimentos. 5.3. Ofício Conselho Municipal de Assistência Social de Guarapuava. Ofício nº*
1168 *113/02013 consulta sobre a inscrição de entidades nos CMAS que não possuem equipe mínima no*
1169 *quadro de funcionários. O CMAS solicita parecer do Conselho Estadual e Conselho Nacional de*
1170 *Assistência Social sobre a posição deste CMAS de Guarapuava- PR, que exige equipe mínima para*
1171 *qualificar os serviços. A presidência ampliada recomenda: Encaminhar a consulta do CMAS de*
1172 *Guarapuava/PR à Coordenação Geral da Gestão do Trabalho do SUAS/DGSUAS/SNAS/MDS solicitando*
1173 *manifestação sobre o assunto. 5.4 Resposta CMAS Vitória (Centro POP) O Conselho Municipal de*
1174 *Assistência Social de Vitória enviou Ofício nº 002/2014 para o CNAS em resposta ao Ofício nº*
1175 *065/2013/SE/CNAS/MDS enviado pelo CNAS no dia 26 de novembro, o qual encaminhava cópia do*
1176 *Ofício nº 1072/2013 enviado pelo Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em*
1177 *Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável - CNDDH, contendo denúncia de interrupção dos*
1178 *serviços prestados pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social para população em*
1179 *Situação de Rua - Centro Pop de Vitória. O CMAS afirma que averiguou as informações prestadas pela*
1180 *CNDDH, e a Comissão de Política do CMAS visitou o Centro Pop, bem como analisou as atividades*
1181 *desenvolvidas, os recursos disponíveis e o espaço físico da instituição conforme os critérios*
1182 *estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e constatou que o local*
1183 *encontra-se funcionando em um turno, em bom estado de conservação, apto para utilização pelos*
1184 *usuários e que na ocasião da visita, apenas guardava a finalização do Estatuto e do Regulamento de*
1185 *Convivência para voltar a funcionar em horário integral. O CMAS continuará acompanhando a*
1186 *situação do Centro Pop. A Presidência Ampliada recomenda: Encaminhar resposta do CMAS de Vitória*
1187 *ao CNDDH para conhecimento. 6. Moções. O CEAS do Rio de Janeiro encaminhou Moção aprovada na*
1188 *IX Conferência Estadual de Assistência Social na qual recomenda e reivindica: Cofinanciamento da*
1189 *Política de Assistência Social - Necessidade de revisão do piso da antiga Rede SAC; Mudança da*
1190 *nomenclatura abordagem para aproximação; Os Delegados da IX Conferência Estadual de Assistência*
1191 *Social de Santa Catarina apresentaram moção de indignação quanto à representação de*

1192 *trabalhadores estar sendo representada somente pela Sociedade Civil. 7. Solicitações de*
1193 *Pesquisadores. 7.1. O Pesquisador Carlos Eduardo Guerra Silva do Centro de Pós- Graduação e*
1194 *Pesquisas em Administração da UFMG está desenvolvendo pesquisa sobre o marco regulatório das*
1195 *organizações da "Sociedade Civil solicita o número total de organizações que possuíam o "Certificado*
1196 *de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS" em 2000 e 2008 no CNAS; 7.2. A aluna de*
1197 *Doutorado em Política Social da Universidade Federal Fluminense de Niterói/RJ, Ariane Paiva, está*
1198 *pesquisando sobre a interação entre o MDS e a Câmara Legislativa para aprovação da Lei do SUAS e*
1199 *gostaria de ter acesso às atas do CNAS de 2008, quando a lei foi formulada. A Presidência Ampliada*
1200 *recomenda: Que os documentos sejam disponibilizados. Observando a ordem de serviço do CNAS nº 2,*
1201 *que disciplina procedimentos referentes à autorização de pesquisas e consultas, no âmbito do*
1202 *Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para estudantes de Universidades e Faculdades. 8.*
1203 *Plano de Ação do CNAS. Com o objetivo de prestar contas e dar visibilidade as ações da Gestão*
1204 *2012/2014 a Presidência Ampliada discutiu sobre a revisão dos Planos de ação das comissões, com*
1205 *destaque para o mapeamento de resultados. Discutiu ainda sobre a apresentação desses resultados*
1206 *na Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS em maio, tendo como base a Agenda Temática do*
1207 *CNAS. A Presidência Ampliada recomenda: A revisão dos Planos de Ação deverá ser pauta de todas as*
1208 *comissões em abril; A Presidenta observará a Agenda temática e identificará os assuntos por comissão*
1209 *e enviará para análise das comissões. 9. Acórdão TCU – A Secretaria Nacional de Assistência Social*
1210 *informou ao CNAS sobre a elaboração de Decreto Presidencial que possibilita superar alguns pontos*
1211 *do referido Acórdão do TCU número 2.809/2009, subitem 9.6 confirmado pelo Acórdão número*
1212 *1.002/2011, com indicativo de publicação para a próxima eleição da sociedade civil, gestão 2016-*
1213 *2018. Encaminhamento: solicitar à SNAS e CONJUR apresentação da minuta do documento durante a*
1214 *221ª Reunião Ordinária. 10. Cadastro Nacional de Entidades: encaminhamento da Presidência*
1215 *Ampliada: solicitar ao DRSP a apresentação das telas do Cadastro Nacional de Entidades em oficina a*
1216 *ser realizada durante a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em maio.” No item 1, a*
1217 *Conselheira Simone sugeriu retirar a palavra “atraso”, o que foi acatado. No item 2, com relação à*
1218 *questão do CEAS São Paulo, a Sra. Silvia, Conselheira do CEAS informou que estavam em processo de*
1219 *pleito eleitoral, justificando a ausência da Presidente, observando que confirmaria se ficaria ou não*
1220 *como sua representante. A Presidenta observou ser importante essa informação, considerando que*
1221 *teriam que conversar sobre os termos dessa reunião para que pudessem apresentar para a Comissão*
1222 *de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda. No item 3, a, Conselheira Simone*
1223 *observou que o conselho deveria ser informado sobre a demanda recebida, ao que a Presidenta*
1224 *esclareceu que usariam as deliberações da conferência, mas que enviariam para a SNAS se manifestar*
1225 *formalmente. O Conselheiro Thiago sugeriu colocar uma vírgula no texto “O Sr. Alysson Alves,...” No*
1226 *item 4, o Conselheiro Anderson esclareceu a indicação do Conselheiro Ademar, por ser de Brasília,*
1227 *para representar o CNAS na Comissão Nacional de População em Desenvolvimento, ligada à*
1228 *Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. No item 5.1., a Presidenta informou*
1229 *ser apenas para conhecimento, a no 5.2, o encaminhamento era conversar com a Presidenta para*
1230 *conhecer os itens que estavam dando problemas, ao que a Conselheira Simone observou que a*
1231 *questão deveria ser esclarecida, informando que a Presidenta do Conselho Estadual de Santa Catarina*

1232 havia participado da reunião da Comissão de Normas, onde haviam definido que na próxima reunião
1233 ou quando tivesse pauta, avaliariam a legislação para ver se trazia reflexos na área da Assistência
1234 Social. Indagou se havia que exigir ou não na inscrição, constando que exigia uma equipe mínima, o
1235 que deveria ser esclarecido. A Conselheira Márcia informou ter participado de uma discussão em um
1236 conselho sobre essa questão, com relação aos profissionais exigidos, ao que a Conselheira Simone
1237 observou que isso deveria ser esclarecido. O Conselheiro José Crus ressaltou que dependia do serviço
1238 ofertado pela entidade, com a NOB indicando a equipe de referência, tendo que cumprir os
1239 requisitos colocados nas normativas. A Presidenta sugeriu fazer um encaminhamento híbrido de fazer
1240 essa indicação via Resolução 16, de limite a inscrição, e juntar a indicação da gestão do trabalho, com
1241 essas posições q reforçando a questão do Conselho Municipal. Informou que o Conselho de Vitória
1242 havia respondido sobre o Centro POP, atendendo ao que haviam solicitado por ofício e que seria
1243 repassado. Observou que essas moções eram para conhecimento, informando à Conselheira Simone
1244 que as mesmas seriam respondidas, que informou que faria essas respostas. A Presidenta indicou o
1245 **encaminhamento** de responder as duas moções. Com relação ao Plano de Ação, relatou que na
1246 Reunião Ampliada e Descentralizada haviam decidido ter um momento de prestação de contas, onde
1247 as Comissões apresentariam o seu mapa de resultados de impactos de todo o trabalho feito nessa
1248 gestão, falando sobre as alterações realizadas. Indicou o texto *“Assegurar que os Conselhos cumpram
1249 suas funções como instâncias deliberativas do SUAS. Lei de criação de Conselhos em conformidade
1250 com a LOAS; instâncias deliberativas de caráter permanente e composição paritária.”* Destacou que
1251 nem todos tinham condição de cumprir essas questões, discorrendo como chegariam a esse mapa de
1252 resultados da gestão 2012/2014 e o que seria pauta da próxima reunião das Comissões, sendo que os
1253 temas de maior relevância seriam discutidos na Reunião Ampliada e Descentralizada. Prosseguiu,
1254 indicando outros itens e relatando a alteração na pauta da 221ª RO, com a apresentação da minuta
1255 do Decreto no dia 09 de abril, às 10h30. O Conselheiro Thiago sugeriu especificar quanto ao Acórdão
1256 na apresentação da minuta de Decreto, esclarecendo sua colocação. A Conselheira Simone propôs
1257 retirar a indicação do Acórdão, colocando apenas a discussão do Decreto de eleição da Sociedade Civil
1258 para os próximos plenos, com a Presidenta sugerindo a redação: *“A Secretaria Nacional de Assistência
1259 Social informou ao CNAS sobre a elaboração de Decreto Presidencial sobre ao processo de eleição da
1260 Sociedade Civil”*. O Conselheiro Edivaldo registrou sua colocação sobre o entendimento que o TCU
1261 havia feito da questão. A Presidenta, em não havendo mais nenhuma observação, considerou
1262 aprovado pelo Pleno o Relato da Presidência Ampliada. A Conselheira Simone falou sobre a solicitação
1263 de tempo maior no Pleno para a Comissão de Normas, para discussão da Resolução 16 e sobre o
1264 financiamento das ofertas de Assistência Social pelas entidades, indagando se a questão havia sido
1265 discutida e se a Dra. Carolina Stuchi havia sido convidada para o dia seguinte, caso contrário o tema
1266 não seria colocado. A Presidenta solicitou à Secretaria-Executiva que reforçasse esse convite. Com
1267 relação ao tema do financiamento, ficariam com praticamente com a manhã inteira, co que o
1268 Conselheiro Anderson sugeriu que iniciassem com a de Financiamento e a de Normas ficasse para
1269 outro período. A Presidenta informou que a Comissão de Normas teria seu Relato a partir das 9h da
1270 manhã e após, a apresentação da Comissão de Financiamento. A Conselheira Simone registrou que o
1271 SUAS havia se tornado uma realidade, considerando a diferença entre os ofícios que chegavam

1272 atualmente e os anteriores, trazendo problemas de um Sistema que tinha vida própria.
1273 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião, convidando a todos para prosseguirem o evento
1274 no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos doze dias do mês de março de dois mil e catorze, a Presidenta iniciou
1275 a 220ª RO do Conselho Nacional de Assistência Social, cumprimentando os presentes e informando
1276 que no dia seguinte seria realizada a Reunião Trimestral do Conselho Nacional com os Conselhos
1277 Estaduais e do Distrito Federal. A Conselheira Leila cumprimentou os presentes, desejando a todos
1278 um bom trabalho, em prol do fortalecimento da Política de Assistência Social. A seguir, a Presidenta
1279 passou à Secretária-Executiva para conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira
1280 Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia
1281 Cecílio Braga; Conselheiro Idervânio da Silva Costa; Conselheira Fátima Aparecida Rampin;
1282 Conselheiro José Ferreira Crus; Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Marisa Rodrigues da
1283 Silva; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Márcia de
1284 Carvalho Rocha; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira
1285 Aldenora Gomes Gonzáles; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira
1286 Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente. Conselheiros na Suplência: Juliana
1287 Matoso Macedo. Conselheiros na substituição: Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Valéria da
1288 Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheira
1289 Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos;
1290 Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. **Item Relato da Comissão de Normas**, pela Conselheira
1291 Marisa: *“Reunião Ordinária 002/2014; Data: 10/03/2014; horário: 9h às 16h; que foi no auditório da*
1292 *SAGI na Esplanada dos Ministérios, bloco A, sala 356, 3º Andar. Conselheiros (as) Presentes: Marisa*
1293 *Rodrigues da Silva (Coordenadora); Cláudia Laureth Faquinote; Simone Aparecida Albuquerque; Leila*
1294 *Pizzato; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral; Volmir Raimondi; Zilene Santana Silva Rabelo.*
1295 *Secretaria Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes; Rosângela da Silva Almeida; Douglas*
1296 *Amaro; Ezidênio Pereira. Ouvintes: Ana Paula Gonçalves - DRSP/SNAS/MDS; Carolina Gabas Stuchi -*
1297 *DRSP/SNAS/MDS; Caroline Olivindo - SNAS/MDS; Francis L. Santana Lisboa - CMAS/SP; Solange Bueno*
1298 *- CEAS/SC. 1. Minuta de_ Resolução que altera o Regimento Interno do CNAS/criando a Comissão de*
1299 *Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. Conforme*
1300 *encaminhamento da Plenária na reunião ordinária do CNAS de fevereiro de 2014, a criação da*
1301 *Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social,*
1302 *deverá ser incluída no Regimento Interno do CNAS. A Secretaria-Executiva elaborou a minuta de*
1303 *resolução, em anexo, que foi apreciada pela Comissão de Normas da Assistência Social, incluindo o*
1304 *inciso VI no art. 8º, alterando as redações da Seção IV do Capítulo II e dos artigos. 41, 42 e 44 da*
1305 *Resolução" nº 6, de 9 de fevereiro de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que*
1306 *aprova o Regimento Interno do CNAS, que passariam a vigorar com as seguintes redações: Artigo 8º -*
1307 *O colegiado do CNAS tem a seguinte estrutura de funcionamento: I) Plenária; II) Presidência Ampliada;*
1308 *III) Comissões Temáticas; IV) Comissão de Ética e Comissão de Acompanhamento de Benefício de*
1309 *Transferência de Renda; V) grupos de trabalho; e o VI) Comissão de Monitoramento das Deliberações*
1310 *das Conferências Nacionais de Assistência Social. IV) da Comissão de Ética e Comissão de*
1311 *Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda incluímos, portanto, Comissão de*

1312 *Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social no Artigo 41*
1313 *estando já a Comissão de Ética; Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de*
1314 *Renda e incluímos, portanto, a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências*
1315 *Nacionais de Assistência Social, órgãos normativos e deliberativos no âmbito de sua competência.*
1316 *Compõe-se de seis membros de representação paritária escolhidas pela Plenária. No Artigo 42 – A*
1317 *Comissão de Ética e a Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda e agora*
1318 *a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social se*
1319 *reunirão por convocação do Presidente, motivada por demanda apresentada à Presidência. No Artigo*
1320 *44 – O funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda e da*
1321 *Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social serão*
1322 *disciplinados em Resoluções específicas. Encaminhamentos: 1.1 - A Comissão de Normas da*
1323 *Assistência Social sugere a aprovação da Minuta de resolução, em anexo, que cria a Comissão de*
1324 *Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social no Regimento*
1325 *Interno do CNAS; 1.2 A Secretaria Executiva elaborará uma minuta de resolução disciplinando o*
1326 *funcionamento da referida comissão com base na resolução que disciplina o funcionamento da*
1327 *Comissão de Acompanhamento dos Benefícios e Transferência de Renda e no trabalho desenvolvido*
1328 *pejo GT de Monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais, para apreciação da*
1329 *Comissão de Normas na próxima reunião. 2. Estudo da Resolução CNAS nº 16/2010. A conselheira*
1330 *Simone Albuquerque apresentou um estudo contendo resgate histórico dos debates em torno da*
1331 *Resolução, seu embasamento legal e o posicionamento do governo com relação a alguns pontos*
1332 *críticos, onde não há consenso entre os componentes da Comissão. Destacou que historicamente há*
1333 *divergência entre o que é entidade beneficente de Assistência Social e entidade de Assistência Social.*
1334 *Explanou sobre o Decreto 6.308/2007, recordando, ainda, sobre Grupo de Trabalho - GT de*
1335 *Regulamentação do art. 32 da LOAS. Após amplo debate, tendo em vista que não há acordo na*
1336 *Comissão referente a alguns pontos da Resolução, a Comissão entendeu que os pontos críticos (arts.*
1337 *9º, 10, 11, 14, 15, 16 e 17) devem ser discutidos na Plenária do CNAS. Foi elaborada uma planilha com*
1338 *Propostas de Alterações e justificativas - Anexo 2. Encaminhamentos: Levar os pontos críticos da*
1339 *resolução CNAS nº 16/2010 para ser discutido na Plenária - Anexo 2. Discutir os impactos no*
1340 *financiamento da Assistência Social trazidas pela alteração do art. 13 da Lei 12.101/09, a partir da*
1341 *promulgação da lei 12.868/13, ainda nesse pleno, com a presença do Departamento da Rede*
1342 *Socioassistencial da Privada do SUAS - DRSP para explanação do tema. 2.3. O art. 18 da Lei 12.101/09,*
1343 *alterado pela Lei nº 12.868/13, será discutido na próxima reunião. 3. Definição de pauta para a*
1344 *reunião do mês de Abril de 2014. Conclusão do estudo da Resolução CNAS nº 16/2010. Apresentação*
1345 *pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/MDS, com as informações*
1346 *trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de assistência social, conforme disposto nos*
1347 *artigos da Resolução CNAS nº 18/2011. Minuta de resolução que (disciplina o funcionamento da*
1348 *Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.*
1349 *Informe acerca do andamento do debate sobre os impactos no financiamento da Assistência Social*
1350 *trazidas pela alteração do art. 13 da Lei 12.101/09, a partir da promulgação da lei 12.868/13. 3.5*
1351 *Revisitar o Plano de Ação da Comissão de Normas de Assistência Social para reordenamento de*

1352 *prioridades. Marisa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social.” A*
1353 *Conselheira Marisa indicou as pautas a serem apresentadas ao Pleno: Anexo 1 da Resolução a ser*
1354 *aprovada; pontos divergentes da Comissão sobre a revisão da Resolução nº 16; e, apresentação pela*
1355 *DRSP sobre a Lei que tratava de financiamento. A Presidenta, como encaminhamento do item 1, com*
1356 *sugestão de aprovação da minuta da Resolução em anexo e a elaboração de uma minuta de*
1357 *Resolução disciplinando o funcionamento da referida Comissão, com base na Resolução que*
1358 *disciplinava o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de*
1359 *Renda e no trabalho desenvolvido pelo GT de Monitoramento, passando à leitura do texto. Para*
1360 *efeitos de gravação, a Conselheira Aldenora solicitou correção da leitura do indicado como inciso IV,*
1361 *para inciso VI. “Anexo A -Resolução número X de X de março de 2014. Inclui o inciso VI no art. 8- e*
1362 *altera as redações da Seção IV do Capítulo II e dos arts. 41, 42 e 44 da Resolução nº 6, de 9 de*
1363 *fevereiro de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova o Regimento Interno*
1364 *do CNAS, criando a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de*
1365 *Assistência Social. O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária*
1366 *realizada nos dias xxx de março de 2014, no uso da competência conferida pelo inciso XIV do art. 18*
1367 *da Lei n.2 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, RESOLVE:*
1368 *Art.1º Criar a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de*
1369 *Assistência Social no CNAS, incluir o inciso VI no art. 8º, alterar as redações da Seção IV do Capítulo II e*
1370 *dos artigos 41, 42 e-44 da Resolução nº 6; de 9 de fevereiro de 2011, do Conselho Nacional de*
1371 *Assistência Social - CNAS, que aprova o Regimento Interno do CNAS, publicada na seção 1 do Diário*
1372 *Oficial da União de .25 de fevereiro de 2011, página 78, que passam a vigorar com as seguintes*
1373 *redações: Art. 8º. VI - Comissão de Monitoramento das Deliberações, das Conferências Nacionais de*
1374 *Assistência Social.” “Seção IV - Da Comissão de Ética, da Comissão de Acompanhamento de Benefícios*
1375 *e Transferência de Renda e da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências*
1376 *Nacionais de Assistência Social”. Art. 41 A Comissão de Ética, a Comissão de Acompanhamento de*
1377 *Benefícios de Transferência de Renda e a Comissão de Monitoramento das Deliberações das*
1378 *Conferências Nacionais de Assistência Social, órgãos normativos e deliberativos no âmbito de sua*
1379 *competência, compõem-se de 6 (seis) membros, com representação paritária, escolhidos pela*
1380 *Plenária.” “Art. 42 A Comissão de Ética, a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
1381 *Transferência de Renda e a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais*
1382 *de Assistência Social se reunirão por convocação do Presidente, motivado por demanda apresentada à*
1383 *Presidência.” “Art. 44 O funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
1384 *Transferência de Renda e da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências*
1385 *Nacionais de Assistência Social serão disciplinados em Resoluções específicas.” Art.22 Esta Resolução*
1386 *entra em vigor na data de sua publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho*
1387 *Nacional de Assistência Social.” A seguir, procedeu à votação, por quorum qualificado: Conselheira*
1388 *Margareth: “Pela aprovação”. Conselheira Maria Aparecida: “Pela aprovação”. Conselheiro Volmir:*
1389 *“Pela aprovação”. Conselheira Juliana: “Pela aprovação”. Conselheira Léa: “Pela aprovação”.*
1390 *Conselheira Maria das Graças Prola: “Pela aprovação”. Conselheira Simone: “Pela aprovação”.*
1391 *Conselheira Fátima: “Pela aprovação”. Conselheira Jane: “Pela aprovação”. Conselheira Márcia: “Pela*

1392 aprovação”. Conselheiro Idervânio: “Pela aprovação”. Conselheiro José Crus: “Pela aprovação da
1393 Resolução”. Conselheiro Ademar: “Pela aprovação”. Conselheira Aldenora: “Pela aprovação”.
1394 Conselheiro Anderson: “Pela aprovação”. Conselheira Marisa: “Pela aprovação da Resolução”.
1395 Conselheira Vice-Presidenta Leila: “Pela aprovação enfatizando do quanto cada vez mais esse
1396 Conselho se fortalece à medida que cria as Comissões, os GTs, enfim, e enfrenta aquelas questões que
1397 ele têm que se debruçar, acompanhar para o cumprimento da sua função”. Conselheira Presidenta
1398 Luziele: “Pela aprovação, fazendo a menção que essa é a quarta vez que esse Conselho abre o seu
1399 Regimento Interno para favorecer o controle social do SUAS, portanto, estamos todos de parabéns,
1400 parabenizo a Comissão de Normas e parabenizo cada Conselheiro que votou apostando que essa
1401 pode ser uma das estratégias de fortalecimento do controle social do SUAS. Muito obrigada Srs.
1402 Conselheiros”. A Presidenta considerou a minuta aprovada por unanimidade pelo Pleno. Após
1403 colocações sobre o item 2, discussão dos pontos críticos da Resolução CNAS nº 16/2010, a conselheira
1404 Marisa esclareceu quer a Conselheira Simone e Cláudia haviam ficado encarregadas de consolidar os
1405 pontos divergentes, ao que o Conselheiro Thiago esclareceu sobre a montagem da planilha. *“Pontos
1406 divergentes na Comissão de Normas acerca da revisão da Resolução 16/2010, artigos 9º, 10, 11, 14,
1407 15, 16 e 17. Redação em vigor:..Artigo 9º - Inscrição de entidades de Assistência Social; Artigo 10 –
1408 Entidades de Assistência Social que atuam em mais de um município deverão inscrever os serviços,
1409 programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios
1410 respectivos ou do Distrito Federal. Artigo 11 – As entidades sem fins econômicos que não tenham
1411 atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão
1412 inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.”Artigo 11 – A entidades
1413 sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que
1414 também atuem nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios
1415 socioassistenciais. “Artigo 14 – As entidades e organizações de Assistência Social deverão apresentar
1416 anualmente até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social: I) Plano de Ação do corrente ano; II)
1417 Relatório de atividades do ano anterior que evidenciem o cumprimento do Plano de Ação destacando
1418 informações sobre o público atendido e os recursos realizados nos termos do inciso III do Artigo 3º.
1419 Artigo 15 – O Conselho de Assistência Social deverá promover pelo menos uma Audiência Pública
1420 anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas com o objetivo de efetivar a
1421 apresentação dessas à comunidade, permitindo a troca de experiências. Ressaltando a atuação da
1422 Rede Socioassistencial e o fortalecimento do SUAS. Artigo 16 – A inscrição das entidades ou
1423 organizações de Assistência Social dos serviços, dos projetos, dos programas e dos Benefícios
1424 Socioassistenciais é por prazo indeterminado. Artigo 17 – Os Conselhos de Assistência Social,
1425 Municipais e do Distrito Federal deverão padronizar e utilizar única e exclusivamente o termo inscrição
1426 para os fins dessa Resolução.”* Indicou ser a redação em vigor dos sete artigos colocados como ponto
1427 divergente, lendo o Artigo 9º, *“As entidades e organizações de Assistência Social deverão apresentar
1428 os seguintes documentos para obtenção da inclusive: Requerimento conforme anexo; cópia do
1429 Estatuto social; cópia da Ata de eleição e posse registrada em cartório; Plano de Ação e cópia do
1430 comprovante de inscrição.”* Com relação aos Artigos 9º e 10, a Conselheira Simone falou sobre a
1431 Resolução nº 16 e suas orientações, tendo uma proposta da Sociedade Civil de trazer outro conceito

1432 para a entidade de Assistência Social, que poderiam inscrever entidade que ofertasse saúde,
1433 educação e Assistência Social., sendo que no seu entendimento não teria essa competência e nem
1434 legalidade, esclarecendo sua posição. Que a proposta era de manter o que estava estabelecido na
1435 Resolução 16, com os Conselhos de Assistência Social devendo inscrever serviços, programas,
1436 projetos e benefícios de entidades de Assistência Social, quando tivesse essas ofertas em mais de um
1437 município e inscrever serviços, programas, projetos e benefícios das entidades que não eram de
1438 Assistência Social, não tinham preponderância nessa área, mas tinham ofertas nesse campo. A
1439 Conselheira Cláudia observou que entendiam ser necessário o reconhecimento das entidades de
1440 Assistência Social, bem como aquelas que possuísem em seu campo de atuação a Assistência Social
1441 no conjunto das suas ofertas de serviços, programas e projetos independente de outras políticas
1442 conforme o Estatuto Social da entidade. No Artigo 11, a Conselheira Cláudia indicou a proposta de
1443 nova redação do Artigo 11, com alterações nas Letras F, G, H, I, J, K, M, justificando essa alteração,
1444 sendo esse o pleito para atender o que estava na Constituição Federal no Artigo 204, no inciso II. A
1445 Conselheira Simone com relação ao Artigo 11, questionou qual seria o impacto dessa mudança no
1446 âmbito local, observando que uma Resolução sobre inscrição não poderia alterar o conceito de
1447 entidade de Assistência Social da Constituição Federal, da LOAS e do Decreto, sendo que o limite de
1448 deliberação do Conselho era o limite legal. Lembrou que essa matéria havia sido objeto de
1449 deliberação da Conferência Nacional sobre os critérios para assento nos Conselhos de Assistência
1450 Social, com o CNAS não tendo competência de tratar de entidades de educação e saúde. Indagou o
1451 porquê de essas entidades quererem ser inscritas como de Assistência Social, se queriam ter acesso à
1452 certificação no MDS, ter o Vínculo SUAS, assento nos Conselhos de Assistência Social ou ter acesso às
1453 imunidades constitucionais do Artigo 150 da Constituição Federal, falando sobre a situação e sobre a
1454 regra de preponderância, que procurava resgatar as atividades realmente executadas, observando,
1455 também que as entidades de saúde e educação podiam cobrar pelos serviços, o que as
1456 descaracterizava como de Assistência Social. A seguir, no Artigo 14, a Conselheira Cláudia leu a
1457 proposta de alteração e a inclusão de Parágrafo Único. A Conselheira Simone ressaltou ser
1458 desnecessário estabelecer procedimento para manutenção de inscrição, considerando que a
1459 apresentação formal dos documentos pela entidade já comprovava a continuidade de suas ofertas no
1460 âmbito da Política de Assistência Social, falando sobre o que seria feito caso isso não acontecesse.
1461 Que deveriam tomar cuidado para não criar novo procedimento administrativo anualmente junto aos
1462 Conselhos de Assistência Social, entendendo que essa proposta reproduzia a lógica da renovação de
1463 certificação, com a inscrição sendo por prazo indeterminado. A Conselheira Cláudia informou não ter
1464 proposta de alteração nos Artigos 14 e 15, com a Conselheira Simone indicando que os mesmos
1465 estavam descritos na sua fala anterior, haja vista que tratavam da manutenção da inscrição. No Artigo
1466 17, a Conselheira Cláudia indicou a proposta de alteração, *“O Conselho Municipal de Assistência Social
1467 e do Distrito Federal deverá padronizar e utilizar única e exclusivamente o termo inscrição para
1468 inscrições novas e manutenção de inscrição para as renovações, conforme essa Resolução.”* A
1469 Conselheira Marisa relatou o trabalho realizado pela Comissão de Normas, querendo chegar a um
1470 consenso pelo Pleno sobre a questão. Após colocações sobre o Artigo 9º dos Conselheiros Margareth,
1471 Anderson, José Crus, Idervânio, a Conselheira Simone, após discorrer sobre a questão em tela,

1472 ponderou que teriam que discutir com muita clareza, respeitando a história de todos, caso contrário
1473 correriam o risco de retroceder nos avanços do SUAS e não reconhecer o trabalho das entidades que
1474 também ofertavam Assistência Social. A Conselheira Leila esclareceu que esse debate havia sido
1475 apresentado pelo segmento de entidades, discorrendo sobre a situação atual, sendo que na Comissão
1476 de Normas havia observado que ainda não tinham maturidade para trazer esse debate para o Pleno,
1477 considerando que ainda não haviam feito todos os esclarecimentos necessários para aprofundar esse
1478 debate, mas que nesse momento havia percebido que isso deveria acontecer. Esclareceu que esse
1479 debate estava desde a gestão passada, tratando-se do Artigo 11 da Lei Orgânica da Resolução 16,
1480 quando haviam observado que essa Resolução não estava clara em alguns aspectos, pensando-se na
1481 sua atualização, mas não em mudar as regras ou retroceder na Política de Assistência Social. Após
1482 falar sobre a situação, ressaltou que essa proposta vinha de muitos Conselhos Municipais, destacando
1483 que a discussão sobre a questão havia sido muito intensa e constitucional e legal. Após essa fala, os
1484 Conselheiros Nilsia, Dóris, Anderson, Juliana, Margareth, Léa Lúcia, Volmir e Maria Aparecida falaram
1485 sobre sua posição, com a Conselheira Cláudia ponderando que os mesmos mencionaram a questão do
1486 encerramento do conjunto de ofertas e serviços realizado pelas entidades, questão que seria tratada
1487 no próximo item de pauta pela Dra. Carolina. A Conselheira Simone, dirigindo-se à Conselheira
1488 Margareth, observou que o debate do financiamento e fechamento de serviços não se relacionava
1489 com o debate da Resolução 16, tendo que ser feita uma votação se esse debate deveria ou não
1490 continuar na Comissão de Normas. A Conselheira Margareth indagou se sairia dessa Comissão e iria
1491 para a de Política ou se resolveria no Pleno, com a Conselheira Simone reiterando que esse debate
1492 não cabia na Comissão de Normas e não cabia dentro do âmbito da Resolução 16. **Encaminhamento.**
1493 A Presidenta observou que havia duas posições com relação aos Artigos 9º, 10 e 11: dos Conselheiros
1494 Governamentais de manutenção do texto da Resolução 16; e de alteração, colocada pela Conselheira
1495 Cláudia, a partir do debate de todos os Conselheiros, com votação pelo Pleno para essa decisão. A
1496 Conselheira Leila indagou como ficavam as outras propostas, considerando que o debate não estava
1497 esgotado. Após alguns esclarecimentos, a Presidenta observou que havia uma demanda da Comissão
1498 de Normas de manutenção do texto dos artigos 9, 10 e 11 ou alteração a partir das explicações e dos
1499 debates Comissão de Normas, com o restante da discussão sendo encaminhado posteriormente. A
1500 Conselheira Margareth solicitou que, para votar conscientemente, precisava ouvir se, a votação da
1501 manutenção do texto da Resolução 16 afetaria diretamente o fechamento das entidades, ao que a
1502 Conselheira Leila esclareceu que não estavam discutindo o conceito, mas sim a sua regulação, mas
1503 que se não aprofundassem essa discussão e não pactuar ou não melhorar redação, algumas entidades
1504 fechariam por não terem mais interesse em permanecer na Assistência Social, esclarecendo sua
1505 colocação. Observou que não haviam aprofundado o estudo sobre algumas propostas, não podendo
1506 falar por todas as entidades. A Presidenta observou que havia considerado a continuação da
1507 discussão, mas que a questão atual era decidir sobre os Artigos indicados. O Conselheiro José Araujo
1508 falou sobre as entidades que não prestavam serviços conforme a legislação, citando algumas
1509 situações e não podendo esquecer da competência dos Conselhos Municipais nessa discussão. A
1510 seguir, a Presidenta colocou em votação os Artigos 9, 10, e 11, 14, 15, 16 e 17, vendo-se
1511 posteriormente, como prosseguiriam com a discussão: Conselheira Leila: “Por mais que eu entenda a

1512 importância dessa Resolução, eu defendo essa Resolução, eu quero que ela continue e que ela
1513 encerra na Comissão de Normas. E como eu não tenho a garantia do que será a votação da
1514 continuidade do aprofundamento desse tema, eu estou me abstendo dessa votação”. Conselheira
1515 Jane: “Representando aqui no Conselho os empregados que atuam nessas entidades que estão aqui
1516 especificamente que estão sendo discutidas e eu não tenho segurança de votar e eu vou me abster de
1517 votar porque eu penso que essas entidades quando elas fecham terminam os seus serviços e nós
1518 estamos perdendo postos de trabalho os usuários estão sem o atendimento. E eu não entendo como
1519 é que a gente vai poder dar conta disso eu penso que esse texto apesar de eu achar que a resolução é
1520 extremamente importante ela trouxe para a gente uma tranquilidade muito grande daquilo que
1521 acontece na ponta e o Araújo falou exatamente o que os Conselhos municipais devem observar e
1522 muitas vezes não observam, mas eu penso que a gente deveria continuar nessa discussão. Então eu
1523 não tenho segurança de votar, vou me abster”. Conselheira Márcia: “Bom dia todos e todas eu
1524 confesso que como representante de entidades é muito complexo realmente tudo que a gente está
1525 vivendo, mas ouvi todas as discussões apesar de estar na comissão de políticas e não está claro para
1526 mim também essa segurança para votar sobre a manutenção ou não porque a atuo tenho
1527 colaboradores atuando e Conselhos municipais. Então tem mais de uma parte do país percepções
1528 sobre o impacto disso por isso que para mim não está claro ainda se a gente deve manter esse texto
1529 ou na foi muito rica a discussão de hoje principalmente pela digamos com o amadurecimento que nós
1530 conseguimos ter hoje com uma discussão de uma forma tão abrupta, mas realmente eu também não
1531 me sinto em condições de votar porque acho que esse assunto tem que continuar a sendo discutido
1532 principalmente porque nós temos um país continental e tem lugares que realmente há uma
1533 necessidade muito grande ainda de atuação das entidades, mas sou totalmente favorável a um
1534 estado que tenha condições de cumprir e o que não precisa tanto dessa atuação, mas no momento
1535 também não me sinto segura para está votando e me abstendo”. Conselheiro Idervânio: “Pela
1536 manutenção do texto da resolução só colocando uma questão que o debate vai continuar o assunto
1537 vai ser tema e continuar a ser tema de discussão dentro de alguma comissão de esse pleno nós
1538 estamos resolvendo uma proposta que foi apresentada nessa data agora isso não impede o tema de
1539 continuar sendo e será objeto de aprofundamento nas Comissões”. Conselheiro José Crus: “Com
1540 muita tranquilidade com muita para clareza do debate que está colocado nessa mesa eu voto pela
1541 manutenção do texto dos avanços obtidos na construção do Sistema Único de Assistência Social nosso
1542 país”. Conselheiro Ademar: “Senhora Presidente, eu tinha me escrito a senhora tinha me citado na
1543 inscrição, mas parece que passou batido não tem razão disso, mas porque a minha fala eu posso dizer
1544 aqui eu acho que estou suficientemente esclarecido de que provavelmente não era essa Resolução 16
1545 que a gente tem que fazer mudança, mas eu não estou convencido que a gente tem que parar essa
1546 discussão. E, portanto e estou esperando que isso aconteça tarde e que a gente sai inclusive a de
1547 alguns elementos que para mim significa criminalista ação sem das organizações inclusive o que o
1548 TCU está fazendo que eu espero que ontem com o debate o TCU que eu não pude estar aqui presente
1549 se colocasse e se a Bahia e do nosso papel do controle social e à tarde eu imagino que a gente possa
1550 retomar para ver como é que esse contencioso pode ser encaminhada para além da dezesseis, nesse
1551 momento eu me abstenho”. Conselheira Aldenora: “Presidente eu não vou me abster pelo contrário,

1552 eu vou votar pela manutenção com a continuidade desse debate que eu acho que eu não sei o que
1553 seria se abster agora para mim não fica muito clara eu acho que a gente tem que tomar uma posição
1554 é pela manutenção da continuidade do debate”. Conselheiro Anderson: “Presidenta eu faço a mesma
1555 fala da nobre Conselheira ao demora e também vou me abster em arrastões já expostas a foto pela
1556 manutenção e pela continuidade do debate”. Conselheira Margareth: “Prezados Conselheiros com
1557 muita tranquilidade e defendendo não há criminalista ação as entidades, mas na defesa de um estado
1558 democrático de direito onde defendo que o debate é fundamental voto conscientemente com a
1559 manutenção do texto. E entendendo como um ato contínuo a manutenção e construção de um
1560 grande debate em defesa do SUAS sem crime analisar as entidades, mas defender a nossa Política de
1561 Assistência Social”. Conselheira Maria Aparecida: “Eu também o vou me posicionar entendendo que o
1562 debate é que vai fazer com que a gente de fato venha a avançar na política e principalmente e
1563 resolver todos os problemas que venham a acontecer durante a implantação da nossa política. Eu sou
1564 favorável à manutenção do texto com compromisso que estamos tirando aqui de continuar o debate
1565 para que haja para tratamento diferenciado para situações diferenciadas e reconhecimento e
1566 valorização das entidades compromisso fadas com a política de assistência e principalmente com todo
1567 cuidado que se deve dar e respeito aos trabalhadores e dessas entidades e aos usuários desses
1568 serviços”. Conselheiro Volmir: “Desculpe presidente é do artigo mesmo que eu quis falar e eu
1569 considero que esse artigo eu não tenho segurança ainda ser se artigos esteja ou não sendo
1570 modificado já que eu fiz várias perguntas na minha interpretação e que não vi as respostas ainda do
1571 debate, mas eu acho que o voto no caso eu vou me abster dessa votação e peço que o debate
1572 continue inclusive e sugerido dessa Plenária”. Conselheira Juliana: “Pela manutenção”. Conselheira
1573 Léa: “Eu vou votar pela manutenção do texto absolutamente tranquilo e segura que ao fazer esse
1574 porto nós estamos garantindo de fato discutir as questões que envolvem Assistência Social no seu
1575 lugar correto e tenho clareza que a gente vai levar a discussão e vai continuar fortalecendo o SUAS e a
1576 política de assistência social tendo uma rede socioassistencial necessária para esse trabalho”.
1577 Conselheira Maria das Graças Prola: “Pela manutenção do texto”. Conselheira Simone: “Pela
1578 manutenção dos artigos 9, 10, 11... 11,15, 16 e 17 da Resolução 16 e pela garantia do debate da
1579 continuidade do debate, aliás dos dois debates que aqui foram colocados dois debates, obrigada”.
1580 Conselheira Fátima: “Pela manutenção dos artigos e com a tranquilidade de que o debate de fato vai
1581 prosseguir”. Conselheira Marisa: “Eu voto com muita tranquilidade senhora Presidente e demais
1582 Conselheiros pela manutenção, sobretudo de entender e ter a minha consciência tranquila de que a
1583 portando favoravelmente à continuidade desses artigos me deixa com muita tranquilidade em saber
1584 que mesmo as entidades que tenha atuação preponderante na área da Assistência Social elas vão ter
1585 que seguramente a oportunidade de se inscrever nos serviços programas projetos e benefícios só
1586 assistenciais que é exatamente lócus da garantia da Política Nacional da Assistência Social e do âmbito
1587 dos nossos municípios”. Conselheira Presidenta Luziele: “Senhores Conselheiros hoje pela manhã nós
1588 conseguimos dirimir de uma forma bastante relevante uma questão crucial, que foi matéria da
1589 dedicação do compromisso de todos os Conselheiros da Comissão de Normas no sentido de recolocar
1590 os debates que a própria realidade apresenta, nenhum de vocês aqui está falando a partir do próprio
1591 interesse do próprio lugar. Mas assim, do lugar, da realidade, onde as entidades estão colocadas

1592 nesse momento. A Comissão de Normas trouxe para esse Pleno os pontos divergentes que já foram
1593 matérias de várias reuniões da Comissão de Normas e que não tinham consensos por imaginação, por
1594 ideia de conceitos, por vezes por ideia teológicas por ideia política, ou seja, lá porque motiva o fato é
1595 que a Comissão de Normas chegou num ponto que eu acho que isso é de absolutamente de bom
1596 alvitre a pedir motivos para parabenizar a Comissão na pessoa de todos os Conselheiros, a partir da
1597 Conselheira Marisa, que é a Coordenadora; da Conselheira Simone, que é a Coordenadora-Adjunta
1598 que trouxeram para esse Pleno uma questão que não estava consensuada, trouxeram para esse Pleno
1599 os artigos onde não haviam consenso e que estão entrelaçados, como disse o doutor Idervânio, nosso
1600 Conselheiro do Ministério do Planejamento, nós desde cedo estamos conhecendo as Comissões e a
1601 Comissão trabalhou em conjunto. Não foi Cláudia e Simone colocando a justificativas porque
1602 permanecer todos os artigos ali contidos e por que manter o nosso trabalho aqui senhores
1603 Conselheiros não obstante as abstenções e que ocorreram foi de grande compromisso e de grande
1604 relevância eu Luziele Tapajós e soube hoje de situações relacionadas a esses artigos que eu não sabia
1605 e que merecem um outro tratamento ato contínuo desta decisão. Por isso senhores Conselheiros é
1606 lógico que todos senhores têm direito de se abster de votar contra e de votar a favor por isso que o
1607 meu voto é pela manutenção do texto com a clara consciência com a forte consciência que essas
1608 situações elas serão melhor aprofundadas acordo já que se tem clareza da onde o Conselho quer por
1609 onde o Conselho quer e a Simone começou dizendo na fala dela isso ou Marisa não lembra que a
1610 Comissão de Normas precisava que o Conselho dissesse para aonde quer e de uma maneira ou de
1611 outra tendo acertado o errado o Conselho nacional neste ato de votação disse por onde quer
1612 caminhar evidentemente que várias situações estão sendo colocadas recolocar das agora e precisam
1613 de estou de debates então eu não tenho nenhuma incerteza ao votar pela manutenção do texto dos
1614 artigos aqui trazidos a eu quero agradecer muito aos senhores e quero também dizer o seguinte como
1615 nós dissemos que era ato contínuo eu gostaria de dizer Marisa antes de passar para você que agora a
1616 Comissão eu já vi ilógico que você vai falar sobre a pauta de abril e se a comissão se a resolução em
1617 toda nas outras partes que vocês já mexeram um se a resolução vem toda que também sejam trazidas
1618 essas situações de tipo assim a comissão esse tipo de tema trazido e que não é de como um
1619 conhecimento de todos os Conselheiros e nós vamos trabalhar como é agora é nessa gestão não é
1620 nessa gestão é nessa comissão não é nessa Comissão”. A Presidenta considerou aprovada a
1621 manutenção do texto por maioria e com cinco abstenções. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a
1622 reunião, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta,
1623 a Presidenta solicitou desculpas por alguns erros de condução. A seguir, passou à Secretária-Executiva
1624 para conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza
1625 Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro
1626 José Ferreira da Crus; Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva;
1627 Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Márcia de Carvalho
1628 Rocha; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Maria
1629 Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane
1630 Pereira Clemente; Conselheira Juliana Matoso Macedo. Conselheiros na Suplência: Conselheira
1631 Cláudia Faquinote; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheiro

1632 José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Segundo item do ponto 2 da Resolução, do
1633 Relato da Comissão de Normas: **Discutir os impactos no financiamento da Assistência Social trazidas**
1634 **pela alteração do Artigo 13, da Lei 12.101, a partir da promulgação da Lei 12.868/2013 ainda nesse**
1635 **pleno com a presença do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP, para**
1636 **explicação.** A Presidenta agradeceu a presença da Dra. Carolina, que falaria sobre o item. A Dra.
1637 Carolina destacou a importância de acompanhar o debate realizado no período da manhã,
1638 parabenizando a todos pelo excelente trabalho realizado, que contribuía para o avanço do SUAS. A
1639 seguir, apresentou as alterações ocorridas na Lei 12.101, da certificação, alterada pela Lei 12.868,
1640 com algumas mudanças e definições de regras, especialmente em relação às entidades de habilitação
1641 e reabilitação de pessoas com deficiências, integração ao mercado de trabalho, o entendimento sobre
1642 o serviço de acolhimento prestado pelas casas de apoio, e o serviço destinado aos idosos e a falta de
1643 documento que prejudicavam esse reconhecimento. Após discorrer sobre outras questões, a Dra.
1644 Carolina colocou-se à disposição para os esclarecimentos necessários. A Conselheira Cláudia falou
1645 sobre as atividades que desempenhava, ademais de tratar das regras de transição pelas entidades, a
1646 questão da comprovação da gratuidade obrigatória e os serviços de Assistência Social, conforme a
1647 legislação. Discorreu sobre as dificuldades com o encerramento de algumas entidades, com o
1648 atendimento aos usuários sendo prejudicado e com desligamentos de trabalhadores da Assistência.,
1649 ademais de outras questões que impactavam na questão do financiamento, esperando que seu
1650 depoimento ajudasse no debate dessa questão. A Conselheira Simone falou sobre as questões que a
1651 Comissão de Normas trazia para debate no Pleno, destacando a importância para o SUAS dos serviços
1652 que as entidades que ofertavam serviços socioassistenciais e aquelas que não o faziam. Discorreu
1653 sobre a importância desse tema, o qual deveria ser devidamente discutido e apresentada uma
1654 solução até outubro, sendo grande o desafio colocado. Observou que para isso, inicialmente o
1655 Conselho teria que se posicionar quanto à manutenção dos serviços e o que deveria ser dado
1656 conhecimento para os organismos competentes, inclusive o Congresso. A conselheira Simone
1657 destacou a importância do CADÚnico para averiguar os usuários conjuntos, ponderando que o CNAS
1658 deveria fazer uma Comissão conjunta com o MEC pra esse estudo. A seguir, procedeu à leitura de um
1659 texto que havia escrito: *“Nós temos que discutir com muita clareza, como vão participar do SUAS, as*
1660 *entidades sem fins lucrativos que oferte serviços, programas e projetos; benefícios socioassistencial,*
1661 *mas não tem preponderância na área da Assistência Social”*, discorrendo sobre sua colocação. A
1662 Conselheira Margareth parabenizou pelo debate, destacando a sua importância e observando que
1663 cada um tinha a sua visão da questão, sendo importante conhecer a de todos para poder tomar
1664 posição. Solicitou cópia da apresentação da Dra. Carolina e de todo o material apresentado, e colocou
1665 sua preocupação pelos equipamentos fechados, conforme indicados pela Conselheira Cláudia.
1666 Discorreu sobre a concessão de bolsas, a questão da governabilidade e que a proposta da Conselheira
1667 Simone atendia, colocando a governabilidade e trazendo proposta para a criação de uma Comissão,
1668 considerando o prosseguimento dessa discussão e defendendo essa proposta. A Conselheira Nilsia
1669 parabenizou a fala da Conselheira Simone, solicitando à Conselheira Cláudia os dados sobre as
1670 pessoas que sua instituição havia deixado de atender nos equipamentos e qual o recorte racial desse
1671 público, esclarecendo sua solicitação. A Conselheira Marisa manifestou-se preocupada com a situação

1672 relatada pela Conselheira Cláudia sobre a situação das entidades, sendo importante que dialogasse
1673 com outros setores, citando o CONGEMAS, que poderia partilhar essa corresponsabilidade. Registrou
1674 que havia telefonado para o Presidente, solicitando que colocasse na pauta da reunião que seria
1675 realizada com todos os Presidentes dos Estados a averiguação de todos os Estados do Nordeste com
1676 relação a esse assunto. Encontrava importante que avançassem nesse debate, tomando um
1677 posicionamento sobre a questão e que o CONGEMAS levaria essa discussão para o Encontro Nacional,
1678 que se realizaria em Cuiabá em abril. O Conselheiro Anderson ponderou que teriam que diferenciar
1679 entidades, trabalhos e serviços, com o Conselho tendo representatividade de todos os usuários, o que
1680 deveriam fazer a nível nacional, cobrando via Ministério Público o que não contemplasse a todos. A
1681 Conselheira Leila observou que esse debate deveria ter acontecido no início dessa gestão, por ser ato
1682 contínuo da gestão anterior. Ressaltou que a proposta da Conselheira Simone era um caminho para o
1683 CNAS, com a mesma devendo ser encaminhada, falando sobre como fazer equivalência entre bolsas e
1684 serviços de Assistência Social, o que o MEC havia ficado de disciplinar, o que esperavam viesse na
1685 minuta do Decreto, falando sobre a situação. Observou não haver discordância quanto aos serviços
1686 tipificados, lembrando que uma das funções da Sociedade Civil era formação política e cidadã,
1687 trabalhando-se através da mesma o protagonismo com os usuários da Assistência Social, citando
1688 outro exemplo que não o da sua entidade. Falou sobre a situação de famílias com per capita mais
1689 baixo, sugerindo que o debate incluísse esse público quanto à questão das bolsas de estudo.
1690 Dirigindo-se à Conselheira Margareth, ponderou que teriam que ter governabilidade, com a parte que
1691 era sua permitindo criar mecanismos próprios. Observou que quanto às universidades, existia o
1692 PROUNI, com o SISPROUNI sendo um dos melhores sistemas que se conhecia, falando como o mesmo
1693 funcionava. O Conselheiro José Crus solicitou auxílio para a Conselheira Márcia para organizar as
1694 agendas que haviam vindo para o Pleno junto com a discussão da Resolução 16, considerando o
1695 grande trabalho que a Comissão de Política apresentava, tendo que avaliar o seu Plano de Ação no
1696 mês de abril, citando a discussão com o Departamento da Rede Privada sobre o Aprimora Rede.
1697 Ponderou que a apresentação da Dra. Carolina apontava grandes desafios e debates nesse Conselho,
1698 abordando várias pautas, discorrendo como as mesmas seriam abordadas. Encontrava haver um eixo
1699 estruturante do SUAS que colocava a matricialidade sociofamiliar e como a mesma se dava,
1700 destacando que teriam que fazer com essas pautas tivessem prosseguimento na nova gestão.
1701 Destacou o encaminhamento de a Comissão de Política assumir algumas importantes pautas, com o
1702 relato da Conselheira Cláudia e a apresentação da Dra. Carolina apontando uma agenda importante e
1703 estratégica para a Comissão de Política, as quais deveriam ser compartilhadas com outros atores. A
1704 Conselheira Márcia concordou com a fala do Conselheiro José Crus, colocando-se à disposição e
1705 destacando a importância da discussão em tela. O Conselheiro José Crus parabenizou a Presidenta
1706 pela condução do debate e por esse tema ter sido trazido para o Pleno. O Conselheiro Ademar
1707 destacou a questão colocada sobre a garantia da especificidade da Assistência Social, mas que isso
1708 dependia de um processo maior, com a legislação necessitando de algumas alterações. Falou sobre as
1709 entidades, com a Dra. Carolina tranquilizando sobre como a imprensa via as organizações da
1710 Sociedade Civil. Após algumas colocações, indicou a realização de um seminário da Cáritas,
1711 discorrendo sobre como havia ocorrido e os resultados que havia trazido, com a devolução de

1712 equipamentos para o município, que continuaria com o trabalho realizado. Falou sobre a proposta de
1713 uma Comissão para tratar dos problemas existentes, o que deveria ser tratado nessa oportunidade,
1714 sendo preciso sair com uma definição de que esse Grupo de Trabalho trabalharia em cima de dados
1715 existentes, tratando-se das questões que precisavam ser incorporadas à Política. A Dra. Carolina
1716 colocou algumas questões que deveriam ser consideradas, a inscrição e prestação de serviços pelas
1717 entidades, destacando algumas possibilidades de estudos sobre o tema, cruzar dados do Censo de
1718 2011 com a base de dados do cadastro e fazer discussões sobre priorizar essas entidades que estavam
1719 com risco de fechamento de serviços e como isso poderia ser feito. Observou que se não
1720 conseguissem terminar esse trabalho, poderiam tentar conseguir uma prorrogação do prazo previsto
1721 para 2015, até que conseguissem uma proposta que qualificasse a oferta de serviços no âmbito da
1722 Assistência. A Conselheira Cláudia destacou a fala da Conselheira Margareth sobre a gratuidade
1723 concedida no campo da educação, sendo que no campo da Assistência Social estava alinhada com o
1724 previsto na Política Nacional de Assistência Social e sua normatização. Esclareceu à Conselheira Nilsia
1725 que alguns equipamentos exclusivos de Assistência Social indicavam o percentual de 95% de
1726 afrodescendentes. Falou sobre a colocação da Conselheira Marisa quanto ao diálogo das entidades
1727 com o CONGEMAS, as quais deveriam comunicar ao gestor de Assistência Social o encerramento da
1728 atividade e do atendimento. Observou que no GT ou outros espaços criados, teriam muita matéria
1729 para discutir, trazendo novas possibilidades. A Conselheira Cláudia observou que a Dra. Carolina havia
1730 trazido muitas informações sobre entidades vinculadas ao MEC, tendo que se conhecer o conjunto de
1731 serviços, programas e projetos que ofertavam, destacando o tempo disponível para essas agendas. A
1732 Conselheira Leila cumprimentou a Conselheira Cláudia por sua entidade ter disponibilizado
1733 importantes dados para conhecimento do Pleno, relatando que o ex-Conselheiro Pedro já havia
1734 protocolado ofício informando o fechamento das unidades. Cumprimentou o conselheiro José Crus
1735 por suas colocações, com esse debate sendo necessário fazia muito tempo, destacando, também, a
1736 fala de uma Conselheira do Governo. Indicou para a Conselheira Nilsia que nos serviços
1737 socioassistenciais 70% eram pessoas negras, falando sobre a situação. Destacou a importância da
1738 legislação pertinente, sendo que se tivessem vontade política, as situações aconteceriam de forma
1739 mais rápida, assim como havia sido com a legislação. Cumprimentou a Ministra Tereza Campello, que
1740 havia estado em Porto Alegre, onde, em um ato público com alguns parlamentares e alguns políticos,
1741 deferiu o processo de certificação das *Carimater*, reconhecendo o importante trabalho que faziam no
1742 meio rural na Assistência Social. A Conselheira Leila ressaltou que o governo, juntamente com a
1743 Sociedade Civil, deveria trabalhar para a implementação das políticas públicas, discorrendo sobre a
1744 situação. A Dra. Carolina falou sobre a ASCAR, esclarecendo sua situação quanto à certificação, sendo
1745 deferida após um longo processo. A Conselheira Simone falou sobre a colocação desses temas, com o
1746 CNAS inaugurando nesse dia a discussão da Rede Socioassistencial, discorrendo sobre os problemas
1747 existentes nas ofertas das entidades de Assistência Social e que deveriam ser colocados para debate.
1748 Colocou a questão sobre o financiamento dos custos, questionando quem bancaria esses gastos, com
1749 as ofertas das entidades de Assistência Social tendo que ser continuadas, sendo esse o debate da
1750 agenda do SUAS, mas tendo que ter o Sistema para que isso fosse possível. Que havia que colocar as
1751 ofertas em discussão, indicando que a Dra. Carolina seria Diretora da Rede Privada do SUAS, com as

1752 entidades merecendo respeito, e que as ofertas eram duas, sendo diferentes, mas tendo que ser
1753 tratadas igualmente e trazidas para compor a rede do SUAS. Sugeriu propor uma pauta sobre o
1754 assunto para a CIT, discorrendo sobre a questão. Ponderou que para ter uma Medida Provisória,
1755 teriam que ter concordância do MEC, esclarecendo a situação, tendo que juntar forças para atender a
1756 questão. Concluindo, parabenizou o trabalho da Presidenta e da Vice-Presidenta, possibilitando toda
1757 essa discussão. A Presidenta, agradecendo, passou a palavra para a Presidenta do Conselho Estadual
1758 de Santa Catarina, Sra. Solange Bueno, que participaria da Reunião Trimestral do dia seguinte. A Sra.
1759 Solange falou sobre a importância em estar presente durante a discussão da Resolução 16, que havia
1760 sido muito questionada e que teria que ser novamente estudada e sendo refeito todo um trabalho
1761 que já havia sido feito, indicando que a não alteração do texto traria segurança quanto à continuidade
1762 do trabalho, ressaltando as dificuldades na interpretação das normativas. Falou sobre a necessidade
1763 de discutir o financiamento e a certificação, das entidades, informando dados sobre a questão e as
1764 novas demandas para o Conselho Municipal. A Conselheira Marisa agradeceu a todos a permanência
1765 dos artigos da Resolução 16, ressaltando o importante debate realizado sobre a questão e
1766 agradecendo ao Conselho e à Dra. Carolina o trabalho realizado. A Presidenta indicou a demanda de
1767 que a Comissão de Normas precisaria de mais um turno no mês de abril para fazer a revisão do Plano
1768 de Ação, além do debate da Resolução 16, indagando se outras Comissões também teriam essa
1769 necessidade. A Conselheira Marisa observou que precisaria ver a demanda da agenda, com a
1770 Presidenta falando que teriam um mês para essa convocação. O Conselheiro José Crus propôs manter
1771 o horário de 9h às 16h para as Comissões e, caso não conseguissem cumprir a pauta e a avaliação do
1772 Plano de Ação, fariam um esforço para manter a Presidência Ampliada de 18h às 20h ou na manhã do
1773 dia seguinte. A Presidenta observou ser mais uma opção, com a Conselheira Leila indagando se
1774 revisariam os encaminhamentos saídos desse Pleno sobre a formação do grupo de estudos e com
1775 várias aprovações estando condicionadas ao mesmo. Concordando, a Presidenta indicou os
1776 encaminhamentos do item 2.1: *“Levar os pontos críticos da Resolução, da Plenária, da Resolução*
1777 *CNAS número 16 para ser discutida na Plenária. Encaminhamento à Plenária: após votação deliberou-*
1778 *se pela manutenção das redações dos artigos 9º, 10, 11, 14, 15, 16 e 17. 2.2 – Discutir os impactos no*
1779 *financiamento da Assistência Social trazidos pela alteração do Artigo 13 da Lei 12.101 a partir da*
1780 *promulgação da Lei 12.868/2013 ainda nesse pleno com a presença do DRSP para as explanação do*
1781 *tema. Encaminhamentos: discutir no CNAS Comissão de Política como vão participar do SUAS as*
1782 *entidades que não têm preponderância na área da Assistência Social, mas que ofertam serviços*
1783 *socioassistenciais. Encaminhar a todos os Conselheiros a apresentação feita pelo DRSP na reunião. O*
1784 *DRSP informou que fará o cruzamento com a base dos dados contidos no cadastro das entidades*
1785 *certificadas pelo MEC com as entidades de Assistência Social, a fim de ser verificado quantitativo de*
1786 *entidades que sofreram, sofrerão os impactos trazidos pela alteração do Artigo 13 da Lei 12.101/2009,*
1787 *pela Lei 12.868/2013. A CIT deve pautar e discutir o financiamento e as ofertas da Rede*
1788 *Socioassistencial.”* Após esclarecimentos da Conselheira Simone indicou a nova redação: *“O DRSP*
1789 *propôs a realização do cruzamento das entidades com processo de certificação no MEC e que tenham*
1790 *serviços de Assistência Social, serviços, programas, projetos e Benefícios Socioassistenciais inscritos na*
1791 *base do CNEAS”*. A Conselheira Leila lembrou que vários pontos debatidos não haviam sido citados,

1792 com a Presidenta esclarecendo que a degravação seria encaminhada para todos, para essa
1793 conferência. A Conselheira Simone falou sobre a formação do grupo de estudo com MEC, MDS e
1794 CNAS, indicando os seus objetivos e também a definição de usuário público, com propostas de
1795 redação. A Presidenta indicou que a Sra. Christiane verificaria a degravação e encaminharia para a
1796 Comissão de Normas. Após mais algumas colocações, a Conselheira Simone observou que o Conselho
1797 teria que redigir um texto sobre seu posicionamento com relação à importância de se manter o
1798 financiamento, considerando as ofertas da Assistência Social como gratuidade na educação, com a
1799 Presidenta indicando que a questão seria repassada. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento**
1800 **de Benefício de Transferência de Renda.** A Conselheira Márcia ressaltou que, considerando o
1801 adiantado da hora, esse Relato não seria feito, mas deixando claro que no próximo Pleno não abririam
1802 mão dessa apresentação. A Secretária-Executiva ressaltou que havia três orientações a serem feitas:
1803 para o BPC; para o Benefício Eventual; para o Bolsa Família; e, uma proposta de revisão de Resolução
1804 a ser encaminhada para a Comissão de Política. A Presidenta solicitou à Conselheira Márcia que
1805 encaminhasse antecipadamente a documentação que fosse possível, para conhecimento. **Item Relato**
1806 **da Comissão de Financiamento,** pelo Conselheiro Anderson: *“Memória da reunião da Comissão de*
1807 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Março de 2014. Reunião 002/2014; data:*
1808 *11/03/2014; Horário: 9h às 16; local: Esplanada dos Ministérios, anexo, bloco F, 1º Andar, sala 119.*
1809 *Conselheiros presentes: Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora; Anderson Lopes Miranda,*
1810 *Coordenador-Adjunto; Dóris Margareth de Jesus; Valéria da Silva Reis Ribeiro; e Marcílio Marquesini*
1811 *Ferrari. Convidada: Dulcelena Alves Vaz Martins - Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e*
1812 *Financeira da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/MDS; Patrícia A. F.*
1813 *Vilas Boas - Diretora de Formação -SAGI. Secretaria Executiva do CNAS: Becchara Miranda; Mirelle*
1814 *Dantas; Suzany Gonçalves; Thalita Eleto. 1. Capacitação dos Conselheiros Nacionais sobre matéria*
1815 *orçamentária e financeira. Convidado: SAGI; Estiveram presentes na Comissão de Financiamento e*
1816 *Orçamento da Assistência Social a diretora do Departamento de Formação e Disseminação - SAGI,*
1817 *Patrícia Vilas Boas e a Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria*
1818 *Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS/MDS, Dulcelena Alves Vaz Martins para*
1819 *tratar das capacitações sobre Matéria Orçamentária e Financeira. A diretora do Departamento de*
1820 *Formação e Disseminação - SAGI apresentou a estrutura do Departamento, o arranjo operacional do*
1821 *CapacitaSUAS e a metodologia de planejamento adotada nos processos de capacitação e formação*
1822 *conduzidos pelo DFD/SAGI, bem como os cursos já disponíveis na primeira etapa do programa*
1823 *CapacitaSUAS: "Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais", "Atualização*
1824 *em indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e BSM" e "Atualização em Gestão*
1825 *Financeira e Orçamentária do SUAS" além dos estados em que estão sendo ofertados. Para a oferta*
1826 *dos Cursos foi realizado em Brasília-DF em 2013 o alinhamento com as IES (Instituições de Ensino*
1827 *Superior) de 15 estados para a futura operacionalização nos respectivos entes da federação. O Curso*
1828 *Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, o qual teve a sua matriz pedagógica*
1829 *apresentada para os membros da comissão, tem como objetivo fornecer aos trabalhadores que atuam*
1830 *diretamente na área de gestão dos Fundos de Assistência Social subsídios conceituais e tático-*
1831 *operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de*

1832 planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS. Atualmente o
1833 curso é realizado presencialmente e já ofertado nos seguintes estados (Acre, Paraíba, Roraima,
1834 Sergipe e Santa Catarina). Encontra-se em fase de execução em outros oito estados. Para 2014 o
1835 Curso será ofertado na modalidade de educação a distância contemplando a participação dos
1836 Conselheiros. Encaminhamentos: 1: A Comissão de Financiamento e Orçamento recomenda à Plenária:
1837 Que o Manual Orientador sobre matéria orçamentária e financeira, elaborado pelo FNAS e pelo CNAS,
1838 seja disponibilizado juntamente com o material das capacitações sobre o tema; Encaminhar o Manual
1839 Orientador sobre matéria orçamentária e financeira para a SAGI; O DFD/SAGI e FNAS/SNAS se
1840 dispõem a realizar alinhamento específico com grupos que queiram ofertar o curso de gestão
1841 financeira e orçamentária do SUAS para Conselheiros; Solicitar ao FNAS o levantamento dos
1842 municípios, por região, que apresentam maiores dificuldades na execução financeira; Realizar Oficina,
1843 se possível com a duração de dois dias, na Reunião Ampliada e Descentralizada de maio, sobre o
1844 tema, com o apoio da SAGI e do FNAS, e sugerir o assunto "Financiamento e Orçamento" como tema
1845 principal para a Descentralizada; Indicar Conselheiros Nacionais para participar, como ouvintes, dos
1846 cursos presenciais nos estados em que já estão disponíveis no âmbito do programa CapacitaSUAS; 2.
1847 Relatório de execução da Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos (exercício 2013); Apreciação do
1848 relatório final de execução orçamentária e financeira referente a Ação 8249-Funcionamento dos
1849 Conselhos (exercício de 2013); A Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social,
1850 Maria das Mercês Avelino de Carvalho, apresentou o Relatório final da execução orçamentária e
1851 financeira da Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos (exercício 2013) e destacou os seguintes
1852 pontos: Com relação ao orçamento aprovado, a Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (Lei Orçamentária
1853 Anual), aprovou para a Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, o orçamento
1854 de R\$ 9.011.483,00 (nove milhões, onze mil quatrocentos e oitenta e três reais). No que tange à
1855 execução orçamentária e financeira, o quadro em anexo (Anexo I), demonstra os percentuais de
1856 execução da ação 8249 relativos ao exercício 2013. 2.1. Das Reuniões: Para cumprir sua função
1857 institucional de controle social, em 2013, o CNAS realizou: a) 11 reuniões ordinárias, incluindo as
1858 reuniões mensais das quatro Comissões Permanentes (Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
1859 de Assistência Social, Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Comissão de
1860 Normas e Comissão de Política), as reuniões trimestrais da Comissão de Acompanhamento de
1861 Benefícios e Transferência de Renda; bem como as Reuniões Plenárias, das quais sendo uma de
1862 caráter ampliado e descentralizado, em Porto Alegre/RS (no mês de julho) contando com a
1863 participação de conselheiros, gestores e trabalhadores municipais, estaduais, do DF, usuários e
1864 entidades não governamentais. Foi realizada uma reunião extraordinária em julho de 2013 para
1865 aprovar a Proposta Orçamentária para 2014. Foi criada, pela Resolução CNAS nº 2-35, de 13 de
1866 dezembro de 2012, a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. A
1867 Comissão iniciou seus trabalhos no mês de fevereiro, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês,
1868 tendo sido convocada extraordinariamente nos dias 14 e 15 de fevereiro. Foi instituído o GT de
1869 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, pela Resolução
1870 CNAS nº 03/2013, com prazo de 90 dias para apresentar a Plenária o resultado dos Trabalhos, tendo
1871 sido prorrogado por mais 90 dias. c) Foram realizadas três reuniões trimestrais do CNAS com os CEAS

1872 e CAS/DF, contado com a participação do Presidente e Vice-Presidente de cada Conselho Estadual de
1873 Assistência Social. A primeira reunião foi realizada no dia 19 de abril em Brasília, a segunda, no dia 24
1874 de julho em Porto Alegre, quando da Reunião Ampliada e Descentralizada e a terceira realizada em 25
1875 de outubro também em Brasília. d) Foram realizadas 4 (quatro) Encontros Regionais do CNAS com os
1876 CEAS, sendo: Região Sul e Sudeste, nos dias 8 e 9 de abril em São Paulo; Região Norte, nos dias 25 e 26
1877 de abril, no Acre; Região Centro-Oeste, nos dias 14 e 15 de Maio em Campo Grande e, Região
1878 Nordeste, nos dias 3 e 4 de junho, em Fortaleza. O PI referente às diárias teve uma execução de
1879 61,19%, enquanto que o PI referente às Passagens aéreas teve uma execução de 55,04%,
1880 considerando o limite financeiro disponibilizado. O CNAS aderiu à ata de Registro de Preço para
1881 recomposição de Passagens no valor de R\$-545.518,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos
1882 e dezoito reais). 2.2. Dos Contratos: A empresa REALY EVENTOS Ltda., contratada para prestar
1883 serviços de acompanhamento e registro de reuniões com gravação e degravação, taquigrafia e
1884 acompanhamento de técnico de som, conforme consta do Contrato Administrativo nº 59/2012, com
1885 vigência de 12 meses, assinado no dia 26/11/2012 - Processo Administrativo nº 71010.000543/2011-
1886 17, com vigência para o período de 26/11/2012 a 26/11/2013, teve seu contrato renovado por igual
1887 período. Foi prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 18/2009, com a Empresa INSTITUTO
1888 BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL - IBEG. A empresa prestará serviço de intérprete de
1889 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conforme consta no Termo de Referência do processo nº
1890 71010.007525/2008-61, com vigência para o período de 08/04/2013 a 08/04/2014. A execução dos
1891 Pi's, Serviço de Libras e Taquigrafia se dá em conformidade com a necessidade de utilização do serviço
1892 dentro do prazo de vigência do contrato das empresas licitadas com o CNAS. 2.3. Análise: A execução
1893 apresentada com o percentual de 24,69% (vinte e quatro, sessenta e nove por cento) decorrido o
1894 exercício de 2013, incluindo os valores empenhados e os devidamente pagos, ocorreu dentro do
1895 padrão da normalidade considerando para isso os PI's abaixo identificados, que somados representam
1896 um percentual aproximado de 62,87% (sessenta e dois, oitenta e sete por cento) do orçado para o ano
1897 de 2013: Aquisição de estantes deslizantes: O PI de investimento "Equipamentos e material
1898 permanente", no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destina-se a aquisição das estantes
1899 deslizantes para organizar o acervo documental do Conselho. O edital foi lançado em 06 de março de
1900 2014 e a realização do pregão eletrônico nº-10/2014 está previsto para acontecer dia 18 de março de
1901 2014. IX Conferência Nacional de Assistência Social: Este PI, com o valor de R\$ 3.980.000,00 (três
1902 milhões novecentos e oitenta mil reais) representa em torno de 44% (Quarenta e quatro por cento) do
1903 orçado neste exercício. O Pregão eletrônico ris 37/2013, foi realizado no dia 8/11/2013, cotado em
1904 2.375.000,00 a favor da empresa Tatianny Locks Vitoreti EPP, responsável pela coordenação e
1905 execução da IX Conferência Nacional de Assistência Social. A liquidação e o efetivo pagamento
1906 ocorreram em fevereiro de 2014, não gerando dessa forma afetação na execução do Exercício de
1907 2013. Os PI's "Apoio a espaço democrático de participação", "Consultorias", "Impressão e
1908 encadernação de material instrucional" e "Manutenção e fortalecimento dos Conselhos Municipais,
1909 Estaduais e do DF" foram remanejados para o PI "IX Conferência Nacional de Assistência Social", uma
1910 vez que a pesquisa de mercado e o Mapa Estimativo para a referida Conferência, realizados pela
1911 Coordenação de Compras e Licitações (CG LA/SAA/SE/MDS), alcançou o valor de R\$ 6.469.957,50 (seis

1912 milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta
1913 centavos). 3. Execução Final da Ação 8249, exercício 2012. Assim, a execução do CNAS exercício de
1914 2013 teve a seguinte dinâmica: Dotação inicial: R\$ 9.011.483,00 Empenhado: R\$4.983.157,00; A
1915 liquidar: R\$ 2.641.877,00; Pago: R\$ 2.224.975,00; Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento e
1916 Orçamento recomenda à Plenária: Aprovar o Relatório final de Execução Orçamentária da Ação 8249 -
1917 Funcionamento dos Conselhos (exercício de 2013). 3 . Balanço do PPA 2012-2015-Convocado SNAS.
1918 Apresentação do Balanço do Plano Plurianual - PPA 2012 - 2015; Convidados: SNAS. A SNAS justificou
1919 a ausência e solicitou que a pauta fosse postergada em virtude do fechamento do Relatório de Gestão
1920 do exercício de 2013. Encaminhamentos: Devido a impedimentos da SNAS o assunto deverá ser
1921 pautado posteriormente, se possível no mês de abril. 4. Definição de Pauta de Abril de.2014. - Análise
1922 do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS - exercício 2014 - 12 trimestre (Relatório
1923 Trimestral - LOAS, Art.19, item VII). Convidado: FNAS. Apresentação do Balanço do Plano Plurianual –
1924 PPA 2012-2015; convidados: SNAS. Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de
1925 Financiamento e Orçamento da Assistência Social.” A Presidenta indagou se havia alguma observação,
1926 com o Conselheiro Edivaldo indagando sobre a dotação de mais de R\$ 9 milhões, com o empenho de
1927 R\$ 4.900.000,00, e se a diferença existente havia sido aplicado ou ficado como saldo para esse
1928 exercício. A Secretária-Executiva esclareceu sobre os gastos e cortes realizados durante o relatório da
1929 ação, esclarecendo como o saldo havia ficado como não executado. A seguir, a Presidenta considerou
1930 o relatório final de execução orçamentária da ação 8249, Funcionamento dos Conselhos, exercício
1931 2013. **Item 3 – Balanço do PPA 2012-2015.** O Conselheiro Anderson indicou que a SNAS não havia
1932 podido comparecer para essa apresentação, com assunto sendo tratado posteriormente. **Item 4 –**
1933 **Definição da pauta de abril, relatório da execução orçamentária; apresentação do balanço do plano.**
1934 A Presidenta indagou se havia alguma intervenção, observando que todos estavam colocando nas
1935 suas pautas a revisão do Plano de Ação na perspectiva do monitoramento para a descentralizada,
1936 querendo que todas as Comissões também o fizessem. O Conselheiro Anderson destacou o rico
1937 debate realizado na Comissão, com a SAGI tendo enviado um material muito importante que gostaria
1938 fosse encaminhado para todos os Conselheiros no próximo Pleno. A Presidenta registrou essa
1939 solicitação como demanda do CNAS. Destacou o trabalho realizado pelo Conselheiro Anderson
1940 durante a ausência da Conselheira Margareth, que agradeceu o empenho da Comissão. Prosseguindo,
1941 a Conselheira Margareth informou que no dia seguinte não poderia participar da reunião, devido a
1942 agendas no Rio de Janeiro e que o Fórum estava participando sobre os importantes debates da
1943 intersectorialidade de atenção à Proteção Social Básica, SUS e SUAS, integrados pela garantia de
1944 direitos socioassistenciais, já acontecendo a Amostra de Atenção Básica. A Conselheira Leila
1945 comunicou a ausência do Conselheiro José Araújo e da Conselheira Jane na reunião da CIT, com o
1946 Conselheiro Ademar participando desse evento. A Conselheira Simone informou ter combinado com o
1947 Conselheiro Ademar para levar a demanda do CNAS para a CIT, para discutir os serviços
1948 socioassistenciais ofertados pelas entidades de educação. A Conselheira Leila solicitou que não se
1949 colocasse como entidade de educação, considerando que não se reconheciam como apenas dessa
1950 política, com a concordância da Conselheira Simone, que esclareceu sua colocação. A Presidenta
1951 referiu-se à reunião do dia seguinte, com a participação dos Presidentes dos Conselhos Estaduais de

